

ATA Nº2/2020

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA QUINZE DE MAIO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

----- Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, pelas dezoito horas, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, em formato misto: no edifício dos Paços do Concelho, de forma presencial e videoconferência ao abrigo do disposto no n.º 3, do artigo 3º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, com a seguinte: -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

-----**01** – Apreciação e votação da ata nº 01/2020 referente à sessão ordinária de 2020.02.29 -----

-----**02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **03 - ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo B-2)-----

----- **03.01** – Apreciação e votação da proposta camarária – concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros do Médio Tejo – minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências. -----

----- **03.02** – Apreciação e votação da proposta camarária – redes de drenagem de águas residuais nas freguesias de Nossa Senhora das Misericórdias, Atouguia e Nossa Senhora da Piedade – acordo de execução da empreitada e financiamento. -----

----- **03.03** – Apreciação e votação da proposta camarária – redes de drenagem de águas residuais em Rio de Couros – União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos – acordo de execução da empreitada e financiamento. -----

----- **03.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – redes de drenagem de águas residuais na Estrada de Minde e Boleiros – Bacia 1 e 3 – Fase 1 – Freguesia de Fátima – acordo de execução da empreitada e financiamento. -----

----- **03.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – redes de drenagem de águas residuais no Bairro – acordo de execução da empreitada e financiamento. -----

----- **03.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – P038/2020 – requalificação da E.M. 357 – Estrada de Leiria, troço entre a rotunda norte e o limite do concelho. -----

----- **03.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – constituição de júris para procedimentos de recrutamento dos cargos de dirigentes para 13 unidades orgânicas flexíveis (DGF, DRHI, DOMSU, DUT, DAC, DEVS, DAFCE, DET, DFC, DAS, DPT, SADJ e SCPA). -----

----- **03.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – contratação de empréstimo de longo prazo. -----

----- **03.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – P044 – EN 356 – Requalificação da Zona Industrial de Casal dos Frades ao IC9. -----

----- **03.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – projeto de alteração do Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural e Desportivo do Município de Ourém – versão final. -----

----- **03.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – projeto de revisão do Plano Diretor Municipal de Ourém – versão final. -----

----- **03.12** – Período de intervenção aberto ao público. -----

----- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores:-----

----- De forma presencial, no edifício dos Paços do Concelho: -----

----- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente -----

----- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.ª Secretária -----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira – 2.º Secretário -----

----- José Manuel Pereira Alho – representante do grupo municipal do Partido Social Democrata -----

----- Helena Santos Pereira – representante do grupo municipal Movimento Independente MOVE -----

----- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá – em representação do grupo municipal do CDS-PP -----

----- Por videoconferência: -----

----- Martim José Rosado Borges de Freitas -----

----- António Ribeiro Gameiro -----

----- Alexandre Manuel Gaspar Faria -----

----- Nuno Manuel Pinto Dias -----

----- Catarina Borges Faria -----
----- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----
----- Estela José Nunes Silva -----
----- Filipe Remi Callebaut Mendes -----
----- Cláudia Maria Pereira Campos -----
----- Alberto José Pires Caveiro -----
----- Paula Cristina de Oliveira Martins -----
----- Nuno Miguel Neves dos Prazeres -----
----- Vanessa Cristiana Gomes Ferreira -----
----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º
169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), fizeram-se substituir os seguintes membros
eleitos da Assembleia Municipal, participando por videoconferência: -----
----- Manuel Dias das Neves, eleito na lista PS, foi substituído pela senhora **Susana
Margarida Vieira Major Oliveira** -----
----- Avelino da Conceição Subtil, eleito na lista PS, foi substituído pelo senhor **Vitor
Oliveira Santos** -----
----- Verificou-se a presença dos PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, senhores: -
----- De forma presencial, no edifício dos Paços do Concelho: -----
----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco – representante do
grupo municipal do Partido Social Democrata -----
----- Por videoconferência: -----
----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Vieira Marques Carriço -----
----- Freguesia de Atouguia – António Henriques Pereira -----
----- Freguesia de Caxarias – Filipe de Frias Antunes da Graça -----
----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----
----- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----
----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Luís Pereira de Oliveira -----
----- Freguesia de Seiça – Custódio de Sousa Henriques -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Abílio Gameiro Rodrigues -----

----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – Fernando de Oliveira Ferreira -----

----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----

----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias Lopes -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua a alínea c), do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fizeram-se substituir: -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Tesoureiro, **Susana Margarida Santos Costa Pereira** -----

----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----

----- De forma presencial, no edifício dos Paços do Concelho: -----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----

----- Por videoconferência: -----

----- Senhores Vereadores em regime de permanência: -----

----- Natálio de Oliveira Reis -----

----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----

----- Rui Manuel Simões Vital -----

----- Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----

----- Por videoconferência: -----

----- Cília Maria de Jesus Seixo -----

----- José Augusto Dias dos Reis -----

----- Estela Augusta Rito Ribeiro -----

----- Deu início aos trabalhos desta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas dezoito horas e dez minutos. -----

----- De imediato, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte:

“Vamos dar início à sessão extraordinária da Assembleia Municipal, hoje, realizada em condições diferentes do habitual. -----

Antes de mais, gostaria de agradecer a todos por participarem através deste modelo que decorre das condições que o país atravessa, do estado de emergência a que está submetido. Para quem nos está a acompanhar, através das plataformas, quer os membros da Assembleia Municipal, quer o público em geral e a comunicação social, gostaria de vos dizer que, aqui na sala, estão apenas dez pessoas de acordo com a lei que, hoje, permite a realização das reuniões com dez pessoas, a cumprirem todas o afastamento social e a usarem máscara de proteção quando não estão a usar da palavra. Estão em sala: o senhor Presidente da Câmara Municipal; a Mesa – eu próprio enquanto Presidente da Assembleia Municipal e os senhores secretários da Mesa; os representantes das diferentes forças políticas presentes nesta Assembleia Municipal – Movimento Independente MOVE, CDS-PP, PSD e PS. -----

Gostaria ainda de deixar algumas notas. Tínhamos uma sessão extraordinária da AMO prevista para março que foi adiada porque coincidia com o período de início da COVID-19 em Portugal e entendeu-se que todas as realizações deveriam ser canceladas. Entretanto, realizaram-se algumas reuniões da Comissão de Líderes, algumas com a presença do senhor Presidente de Câmara Municipal, onde nos foi transmitindo informação/estado do concelho, nomeadamente, o ponto de situação inerente à COVID-19, uma situação nova com que todos nos estamos a deparar. -----

Deixava ainda algumas notas sobre o funcionamento desta sessão que está a decorrer num modelo misto, presencial e videoconferência, com a participação de todos os membros legitimamente eleitos ou com representação na Assembleia Municipal, ou seja, as juntas de freguesia ou uniões de freguesias. Pese embora a anormalidade, é uma sessão extraordinária com plenos poderes de funcionamento, uma vez que foi publicada a lei que permite reunir desta forma. -----

Dado o bom senso, foram triadas algumas matérias e, esperando que o dia de amanhã possa melhorar e possamos voltar a dita vida normal, algumas matérias possam ser apreciadas à posteriori. Porque a lei o permite, foram tomadas algumas medidas, tendo o executivo municipal tomada algumas deliberações que serão ratificadas pela AMO numa reunião

agendada oportunamente. Como temos uma forte esperança de que a realidade atual melhor, fá-lo-emos numa sessão ordinária muito em breve. Nos termos legais, terá de realizar-se a sessão de abril onde é apreciado e votado o relatório e contas do município, o que, nos termos legais, poderá decorrer até finais do mês de junho, verificando-se a possibilidade de realizar duas sessões da Assembleia Municipal, uma para apreciar o relatório e contas e a outra será a sessão habitual de junho, onde deverá constar todas as medidas que foram tomadas ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril. -----

Deixo ainda algumas notas. Quanto às votações, os pontos são todos eles apreciados e, aquando da votação, quando se registar algum voto deferente, faremos a votação nominal. Sublinho, entre os membros da AMO, presentes na sala ou em videoconferência, se houver alguém que tenha alguma incompatibilidade face às matérias agendadas que sinalizassem esse facto porque, numa sessão habitual, os membros em causa ausentam-se da sala, hoje, poderemos não ter essa perceção relativamente aos que estão em videoconferência. -----

Hoje, sendo uma sessão extraordinária, não haverá período antes da ordem do dia, contudo, pedia ao senhor Presidente da Câmara Municipal, uma vez que tutela a proteção civil, que nos informe, de forma muito resumida, sobre as medidas que considera necessárias e que os nossos conterrâneos possam tomar relativamente ao COVID-19, assim como o ponto de situação do concelho relativamente a esta matéria, uma vez que me parece útil no momento que vivemos. -----

Quanto ao público, uma vez que já temos algumas inscrições e as que temos são todas elas relacionadas com o PDM, matéria a discutir no penúltimo ponto, o mesmo só vai participar no final da sessão, no último ponto da ordem de trabalhos. -----

Quanto ao Plano Diretor Municipal, será apreciado e votado nesta sessão, teremos a participação de técnicos que, por videoconferência, farão a apresentação da proposta do plano e esclarecerão as dúvidas que surgirem. -----

Procurou-se divulgar ao máximo esta sessão para que as pessoas possam participar o mais possível na vida ativa da democracia local.” -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo A)-----

01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº01/2020 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 2020.02.29 -----

-----O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a ata aprovada, por unanimidade, com o voto dos membros presentes na referida sessão.** -----

02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

----- Neste ponto e a pedido do senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, expondo o seguinte: “Começo por saudar o senhor Presidente da AMO e restante mesa; os senhores líderes de bancada; todos os senhores deputados municipais que estão a participar por videoconferência; todos os senhores presidentes de junta de freguesia e todo público que nos acompanha nesta sessão. – Gostaria ainda de saudar e agradecer o empenho da Assembleia Municipal pela forma como procurou realizar esta sessão extraordinária que se afigura de importante, pois, há matérias relevantes que carecem de apreciação e deliberação. -----

Indo ao encontro daquilo que o senhor Presidente da AMO me pede, gostaria de dizer que a COVID-19 é um problema para o qual ninguém estava preparado. É um problema difícil, complexo que, todos, desde o governo, passando pelos municípios, entidades de saúde, proteção civil, etc, temos procurado solucionar. Nós, aqui no concelho, também temos vindo a tentar fazer o mesmo, pese embora os condicionalismos existentes, temos procurado responder àquilo que nos parece mais importante. -----

Quanto ao ponto de situação do concelho de Ourém, neste momento, temos 5 casos ativos, sendo que já tivemos 38 casos confirmados de COVID-19, tendo já recuperado 33. Sem entrar em pormenores, posso dizer que destes 5 casos ativos, 2 pessoas estão internadas; 1 pessoa,

embora com morada fiscal no nosso concelho, reside fora do mesmo. Uma outra situação foi detetada no âmbito dos testes realizados nas IPSS do concelho de Ourém. Este é o ponto de situação no concelho de Ourém, sendo um concelho problemático dado o número de pessoas que estão em lares, tendo sempre presente o que tem vindo a acontecer no resto do país, não podendo garantir que amanhã não possa acontecer algo menos positivo no concelho. -----

Neste âmbito, os serviços já fizeram 528 atendimentos; serviram 1437 refeições a alunos escalão A, 936 a sem abrigo e 175 a famílias vulneráveis. Também distribuimos 92 cabazes alimentares que abrangeram 337 pessoas. -----

Dizer ainda, em 31 de março, penso ser um dado relevante, o desemprego no nosso concelho era de 773 pessoas, o que representa um acréscimo de 191 pessoas em relação ao mês de fevereiro de 2020 e 99 pessoas em relação ao mês homologado do ano 2019, o que dá uma média de desemprego, a 31 de março, de 2,6% no nosso concelho. -----

Distribuimos 317 computadores e 232 hotspots para crianças do nosso concelho, de acordo com as listagens que nos foram enviadas pelos diversos agrupamentos, para que todos pudessem assistir às aulas em suas casas que estão a ser dadas através da internet. -----

Procedemos também à entrega de máscaras cirúrgicas junto das IPSS, Bombeiros e Lares, distribuindo cerca de 10.000 máscaras, 18.000 luvas, 1.000 toucas, 1.000 mangas, 600 fatos descartáveis, 300 viseiras e 1.000 proteges pés. -----

Temos, neste momento, em curso a distribuição cerca de 35.000 máscaras sociais, sendo que 6.000 já foram remetidas pelo correio para as zonas urbanas de N.ª Sr.ª da Piedade, cidade de Ourém, e Fátima. Também já entregámos 12.000 máscaras sociais às juntas de freguesia para que possam distribuir nas zonas rurais do concelho. Deixo aqui um agradecimento especial aos senhores presidentes das juntas de freguesia, todos sem exceção, manifestaram a sua disponibilidade para ajudar a proceder a esta distribuição. -----

Estão a ser realizados testes aos Bombeiros, PSP, GNR e também às IPSS do concelho. Neste momento, já foram realizados 1085 testes a funcionários de Lares, IPSS do concelho e estão agendados mais 391 testes, o que dá um total de 1472 testes realizados. Faltam realizar testes, sem contar com o apoio domiciliário que ainda não estão contabilizados, em 7 instituições do nosso concelho. -----

Dar conta ainda, já aprovamos em sede de reunião de Câmara e estamos a proceder a um plano de desconfinamento gradual, progressivo e com muita responsabilidade, para que no nosso concelho a vida possa voltar à normalidade. Neste sentido, no dia 18 de abril procedemos à abertura dos mercados Ecorurais e o mercado à quinta feira; no dia 27 de abril procedemos à reabertura do ecocentro de Fátima e reiniciamos a recolha de monos porta a porta; dia 03 de maio reabrimos o cemitério municipal de Ourém, de forma muito condicionada; dia 04 de maio procedemos à reabertura do atendimento presencial nos Paços do Concelho, no Espaço Empresa e atendimento do Presidente e Vereadores aos munícipes, também de forma muito condicionada e à reabertura do parque subterrâneo do edifício dos Paços do Concelho. Dia 18 de maio, próxima segunda feira, iremos proceder à reabertura do Museu Municipal, da Biblioteca Municipal e do Posto de Turismo, também de forma muito condicionada. Também neste dia, os trabalhadores do Município irão retomar os seus horários normais, sendo que alguns, se assim o desejarem e entenderem, poderão solicitar a jornada contínua para melhor adequar a sua vida à família, caso tenham filhos em idade de estudo. -----

Quanto aos funerais, seguimos as indicações que nos chegaram do governo, neste momento, já se permite o acesso ilimitado nos funerais a familiares. -----

Uma nota sobre o 13 de maio. Agradeço todo o esforço feito pelo Governo, Proteção Civil Distrital, GNR, Saúde e Santuário de Fátima, para que tudo decorresse da melhor forma, como decorreu, pese embora todos nós tristes como decorreu este 13 de maio, mas, por outro lado satisfeitos porque, efetivamente, as pessoas cumpriram com aquilo que lhes foi pedido. -----

Penso que em termos de resumo, era isto que tinha para dizer. Agradeço a possibilidade de poder transmitir a todos estas informações, dispondo-me, se assim o entenderem, para proceder a qualquer esclarecimento adicional. -----

Muito obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu a informação prestada que considerou de grande utilidade para todos. -----

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou ainda do seguinte: --

----- Ourém-Pará-Brasil: “Nos contactos que temos estabelecido com o município Ourém-Pará, com quem estabelecemos amizade no Brasil, e que temos acompanhado até pela

comunicação social, tem demonstrado muita preocupação dado o elevado grau de incidência está precisamente na Amazónia. O Estado do Pará está com uma situação de enorme gravidade a nível de saúde pública, onde escasseia quase tudo. Felizmente, no Município de Ourém, as coisas estão mais ou menos normalizadas, contudo, com o vosso consentimento e porque temos enquadramento legal para o fazer, sugeria que enviássemos algum equipamento de proteção. Os profissionais de saúde, cerca de 140, não têm equipamento de proteção individual ou é muito escasso. Assim, se concordarem, logo que haja ligação aérea via Brasil, enviaríamos 800 máscaras e 100 viseiras, de forma a auxiliar os nossos irmãos no Brasil que, tal como nós, estão a viver um momento muito particular. Acho que é da concordância de todos que o possamos fazer, é um gesto de amizade para com este povo.” -----

----- Ofício da Câmara Municipal dando conhecimento da deliberação camarária tomada em reunião de 04.05.2020, no âmbito do “Impacto Económico do COVID-19 em Fátima”. -----

Sobre a questão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal expôs o seguinte: “Esta comunicação dá conhecimento da “Tomada de posição sobre o impacto económico da COVID-19 em Fátima”. Todos sabemos o que aconteceu em particular em Fátima. Estamos no mês de maio, mês tradicionalmente de grande peregrinação, de grande afluência de peregrinos, turistas, de povo a Fátima. Neste momento, a economia de Fátima que vive muito na dependência deste setor do turismo, viu-se privada de todas estas pessoas. Viu-se privada também porque as entidades responsáveis assim o entenderam, as entidades de proteção civil local, as autoridades religiosas e também as autoridades governamentais, o senhor Primeiro Ministro pronunciou-se sobre isto na reunião que teve com o senhor Cardeal, assumiu que este ano a peregrinação seria por videoconferência, sem peregrinos presentes na Cova da Iria. Isto tem graves consequências porque, como sabem, apesar da sazonalidade de Fátima estar já diluída, mas, o período áureo na sua totalidade é de facto este mês de maio, esta peregrinação. Portanto, há aqui uma necessidade de alguma excecionalidade dentro daquilo que já é na nossa vida excepcional. Foi esse o entendimento da Câmara Municipal, que direcionou isto mesmo à Assembleia Municipal; Senhor Presidente da República; Senhor Primeiro Ministro; Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital; Grupos Parlamentares; Deputados eleitos pelo círculo de Santarém; Junta Freguesia de Fátima;

Assembleia de Freguesia de Fátima; Santuário de Fátima; Aciso; Nersant; AHRESP – Associação da hotelaria, restauração e similares de Portugal.” -----

----- Comunicação do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República – Deputados eleitos pelo círculo de Santarém que entregaram, ontem, um Projeto de Resolução a dar resposta àquela pretensão apresentada pelo executivo municipal, apresentando ao Governo uma recomendação no sentido de aprovar as medidas propostas e deliberadas na Câmara Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- **03 - ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo B-2)-----

03.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO MÉDIO TEJO – MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 19746**, datado de **2020.04.02**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.03.16, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para celebrar o contrato acima referido, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. --

----- Foi ainda remetido um exemplar do “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros”, o qual foi dado a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta registada sob o n.º 8123/2020, da **Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo**, com sede no Convento de S. Francisco, na Cidade de Tomar, a remeter proposta de nova minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências do serviço público de transportes de passageiros, a formalizar com os Municípios associados. -----

Ouvido sobre o assunto, o **Setor de Mobilidade e Transportes** prestou a informação registada sob o n.º 15.426/2020, a dar conta da análise efetuada ao documento, conforme se passa a transcrever: “(...) Procedemos à análise da minuta de novo contrato interadministrativo de delegação de competências constante do anexo I, com a redação revista de modo a assegurar

a legitimidade de competências para o lançamento dos serviços a concurso e prever as metodologias de colaboração para a gestão do contrato bem como assegurar as questões relativas ao financiamento do contrato de serviço público. -----

A referida minuta foi alvo de aprovação por parte do Conselho Intermunicipal em 28-11-2019, e foi elaborada com o apoio jurídico da AR Montalvo & Associados. -----

Verificamos a existências dos seguintes lapsos: -----

- Página 1 – Nota Preambular, 1.º parágrafo onde se lê “salientando-se o disposto no n.º 5 da cláusula 4” deve se ler “o disposto no n.º 2 da cláusula 4”; -----

- Página 1 – Nota Preambular, 2.º parágrafo onde se lê “na alínea a) do n.º 3 do artigo 11.º do RJSPTP” deve se ler “na alínea a) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro”; -----

- Página 3 – Nota Preambular, 2.º parágrafo onde se lê “cláusula 18.º (deveres de informação) e 19.º (colaboração institucional) deve se ler “cláusula 19.º (deveres de informação e 20.º (colaboração institucional)”; -----

- Página 13 – Cláusula 16.º ponto 3 onde se lê “Os Segundos Outorgantes” deve se ler “Os Primeiros Outorgantes”. -----

- No que se refere à Cláusula 21.º, propõe-se que sejam indicados como endereços e meios de contactos: -----

- presidente@mail.cm-ourem.pt -----

8- CONCLUSÃO -----

Face ao exposto, remete-se o processo à consideração superior com vista: -----

a) Ao encaminhamento para a Divisão de Gestão Financeira para enquadramento orçamental dos montantes subjacentes à concessão do serviço público de transporte de passageiros do Concelho de Ourém e celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências com a CIMT; -----

b) À aprovação, após enquadramento orçamental, por parte do órgão executivo camarário da minuta do contrato interadministrativo, proposta pela CIMT e aprovada em Conselho Intermunicipal, com introdução das alterações propostas no ponto 8 desta informação, para delegação das competências atribuídas aos Municípios no âmbito da aplicação do Regime

Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP) aprovado pela Lei n.º 52/2015 de 9 de junho, bem como de modo a assegurar e legitimidade de competências para lançamento dos serviços a concurso e prever as metodologias de colaboração para a gestão do contrato, além de assegurar as questões relativas ao financiamento do contrato de serviço público; -----

c) Ao encaminhamento da minuta do contrato para a Assembleia Municipal, caso o órgão executivo concorde com o proposto, de modo a que possa ser objeto de deliberação nomeadamente para que, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, seja autorizada a celebração do contrato de delegação de competências do serviço público de transporte de passageiros entre a Câmara Municipal e a CIMT; -----

d) À aprovação por parte do executivo camarário e do órgão deliberativo da despesa decorrente do contrato interadministrativo de delegação de competências e no âmbito da concessão do serviço público de transporte de passageiros do Médio Tejo, imputável ao Município de Ourém e cujo montante máximo se estima em 2.191.590,00€ + IVA, de 2021 a 2027 conforme tabela abaixo referida, salvo atualizações devidamente fundamentadas e autorizadas (...). -----

Ouvido igualmente sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, exarou no processo uma informação, datada de 11 de março corrente, a dar conta de que a despesa emergente, que ascende a 2.191.590,00€ + IVA, vigorará de 01 de julho de 2021 a 30 de junho de 2027, não tendo qualquer impacto financeiro no ano em curso, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

(Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

03.02 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE NOSSA SENHORA DAS MISERICÓRDIAS, ATOUGUIA E NOSSA SENHORA DA PIEDADE – ACORDO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA E FINANCIAMENTO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 22086**, datado de **2020.04.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.04.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes dos encargos subjacentes ao Acordo de Execução da Empreitada supra referida, a celebrar com a Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito da candidatura aprovada pelo Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), para a execução da empreitada supra mencionada, foi apresentada a carta registada sob o n.º 14.442/2020, da **Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A.**, com sede no Edifício Paço do Conde, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta Cidade, a solicitar a esta Autarquia, a comparticipação financeira do montante de 402.096,34€, acrescido de IVA, correspondente à despesa não elegível (trabalhos de pavimentação geral/reposição) e decorrente do estabelecido no n.º 4, da cláusula 4.ª do Contrato de Gestão Delegada, que refere que se mantém, na esfera da competência deste Município, todos os trabalhos e serviços que vão para além da atividade do saneamento, remetendo para o efeito, proposta de minuta de acordo de constituição de agrupamento de entidades adjudicantes.

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, prestou uma informação, datada de 16 de março findo, a propor uma comparticipação financeira, por parte

deste Município, até ao valor máximo de 494.578,50€ (IVA incluído), correspondente à componente não elegível pelo POSEUR, a ocorrer em 2021. -----

(Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA** expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. - Gostaria de colocar umas perguntas para tentar perceber estas questões, o que não vai interferir com o sentido de voto, apenas quero perceber algumas contas. -----

O valor de 20% que nos foi apresentado nos documentos anexos a esta matéria, pergunto se este valor, aquando da constituição da Tejo Ambiente, no início destes concursos já estava incluído. Procurei no orçamento e não encontrei este valor de um milhão e duzentos mil euros.

Para perceber o contexto geral, perguntava quem ficará a receber os valores totais do saneamento? Ou seja, os valores que a população paga pelos serviços de saneamento.

Presumo que seja a Tejo Ambiente. -----

Perguntava ainda se foi de facto um bom negócio. Eu percebo que há uma participação muito relevante do POSEUR e teria de ser mais ou menos nestes termos, mas, ficámos sem a receita. Ficamos quase uma PPP para muitos anos. -----

É esta dicotomia de valores que eu queria tentar perceber qual era o valor anual que se receberia, para tentar fazer contas no final.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Caras e caros colegas -----

A minha intervenção é para me congratular com a provação destes valores do POSEUR. Penso que é um bom passo para aumentarmos o valor da cobertura da nossa rede de saneamento. Nós somos um concelho que ficou para trás com aquela velha história da não aprovação do PDM e de termos estado a década de 90 toda e a primeira década deste milénio a perder fundos comunitários. Portanto, em boa hora, o senhor Presidente tomou a iniciativa com os outros presidentes de criar a Tejo Ambiente e nós votámos favoravelmente porque

penso que é, nesta circunstância, atitude de criação de condições intermunicipais que pode alicerçar trabalhos desta natureza e, por isso, queria congratular-me em nome do PS. -----

Em segundo lugar, dizer ao senhor Presidente, o senhor sublinhou que herdou uma situação que não tinha projetos e que, em dois anos e meio, foi possível já ter esta aprovação. Eu sublinho isso e esse trabalho, mas, sublinho também que, no quadro comunitário de 2007 a 2014 não tivemos fundos comunitários para este efeito e que o anterior executivo PS também, tendo iniciado o quadro comunitário de apoio em 2014, início 2015, e antes de sair do executivo também deixou uma candidatura sensivelmente do mesmo valor desta que permitiu as obras de saneamento que estão agora a terminar. -----

Portanto, sublinho que o senhor Presidente fez o trabalho que lhe era devido porque o Presidente da Câmara e o executivo são para fazer esse trabalho, para garantir aos ourenses que a cada momento que haja oportunidade de fazer obras deve-se aproveitar. -----

Não posso deixar de sublinhar isso. Foi bem aproveitado, mas também não quero deixar de dizer que o senhor Presidente e o executivo não fizeram nada de mais, fizeram aquilo que era normal e que qualquer pessoa diligente e capacitado faria. -----

Quem fica mais apetrechado com mais um conjunto de obras, mas há outros destinos que, com certeza, serão objeto em próximas oportunidades de investimento. É assim que se constrói um concelho melhor.” -----

= **ANTÓNIO HENRIQUES PEREIRA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia, agradeceu as obras de saneamento para a zona de São Sebastião e bem assim para a zona de Pinhel. -----

Referiu ainda que estas obras são poucas, pois Atouguia precisa de mais saneamento. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL informou de que as obras de asfaltamento realizam-se somente no final da obra, sendo o respetivo valor contemplado somente no orçamento de 2021. -----

Mais disse, com estas obras agora aprovadas, será alargada a rede do concelho, conseguindo atingir uma cobertura de cerca de 60%, abrangendo assim cerca de mil e duzentas casas. -----

Quanto à receita, a mesma reverte para a Tejo Ambiente, assim como as despesas que futuramente venham a surgir, como manutenção, reparação de rede, etc. -----

----- De seguida, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO** expôs o seguinte: “Gostaria de saudar a Câmara Municipal por esta ação e por estas medidas que está a tomar. -----

Se analisarmos bem este assunto, a taxa de saneamento que, neste momento, existe é precisamente a mesma que existia quando o PSD saiu da Câmara em 2009. Podemos concluir que, em 8 anos, o PS não fez nada relativamente a esta matéria. -----

Uma segunda nota, gostaria de dizer que Urqueira é uma Freguesia que não tem saneamento. Deixo aqui um forte apelo para que se faça um esforço, o máximo possível, para que o saneamento chegue a Urqueira.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO, expôs o seguinte: “Gostaria de refutar aquilo que foi dito pelo deputado Orlando Cavaco porque isso não é verdade. Deve andar muito distraído. Noas últimas assembleias municipais temos discutido os problemas do alargamento de rede de saneamento em Fátima, inclusive com troca de opiniões muito acesas entre alguns senhores deputados. -----

A rede de 46% que tínhamos em 2009 é a mesma de hoje, quando o senhor Presidente da Câmara acabou de dizer que cobrindo mais 1220 casas, registava-se mais 14% do território do concelho com este saneamento. Sejam rigorosos. Apelo ao rigor. -----

Não sei se estamos em 46%, 48% ou 50%. Sei que estamos a mais de 46% porque houve investimento nas redes de Matas, Cercal e Fátima, e isto é factual. -----

O senhor Presidente da Assembleia sabe, o senhor Presidente da Câmara sabe, exceto o senhor deputado Orlando Cavaco que deve andar distraído. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL esclareceu que quando chegou ao executivo em 2017, a cobertura do saneamento era de 47%. Com as obras de saneamento que decorreram no Cercal, Matas e Espite e as que estão a decorrer em Fátima, candidatas pelo anterior executivo, mas realizadas pelo atual executivo, a taxa de cobertura chega aos 50%. Os restantes 10% decorrem das obras que estão em discussão nesta sessão, chegando assim, sensivelmente, aos 60% de cobertura de rede de saneamento, sendo esta a realidade no concelho. -----

----- NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

03.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS EM RIO DE COUROS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RIO DE COUROS E CASAL DOS BERNARDOS – ACORDO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA E FINANCIAMENTO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 22101**, datado de **2020.04.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.04.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes dos encargos subjacentes ao Acordo de Execução da Empreitada supra referida, a celebrar com a Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito da candidatura aprovada pelo Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), para a execução da empreitada supra mencionada, foi apresentada a carta registada sob o n.º 14.005/2020, da **Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A.**, com sede no Edifício Paço do Conde, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta Cidade, a solicitar a esta Autarquia, a comparticipação financeira do montante de 193.214,34€, acrescido de IVA, correspondente à despesa não elegível (trabalhos de pavimentação geral/reposição) e decorrente do estabelecido no n.º 4, da cláusula 4.ª do Contrato de Gestão Delegada, que refere que se mantém, na esfera da competência deste Município, todos os

trabalhos e serviços que vão para além da atividade do saneamento, remetendo para o efeito, proposta de minuta de acordo de constituição de agrupamento de entidades adjudicantes. -----

O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, prestou uma informação, datada de 16 de março findo, a propor uma comparticipação financeira, por parte deste Município, até ao valor máximo de 237.653,64€ (IVA incluído), correspondente à componente não elegível pelo POSEUR, a ocorrer em 2021. -----

(Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA** expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. - Gostaria de colocar umas perguntas para tentar perceber estas questões, o que não vai interferir com o sentido de voto, apenas quero perceber algumas contas. -----

O valor de 20% que nos foi apresentado nos documentos anexos a esta matéria, pergunto se este valor, aquando da constituição da Tejo Ambiente, no início destes concursos já estava incluído. Procurei no orçamento e não encontrei este valor de um milhão e duzentos mil euros.

Para perceber o contexto geral, perguntava quem ficará a receber os valores totais do saneamento? Ou seja, os valores que a população paga pelos serviços de saneamento. Presumo que seja a Tejo Ambiente. -----

Perguntava ainda se foi de facto um bom negócio. Eu percebo que há uma comparticipação muito relevante do POSEUR e teria de ser mais ou menos nestes termos, mas, ficámos sem a receita. Ficamos quase uma PPP para muitos anos. -----

É esta dicotomia de valores que eu queria tentar perceber qual era o valor anual que se receberia, para tentar fazer contas no final.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Caras e caros colegas -----

A minha intervenção é para me congratular com a provação destes valores do POSEUR. Penso que é um bom passo para aumentarmos o valor da cobertura da nossa rede de

saneamento. Nós somos um concelho que ficou para trás com aquela velha história da não aprovação do PDM e de termos estado a década de 90 toda e a primeira década deste milénio a perder fundos comunitários. Portanto, em boa hora, o senhor Presidente tomou a iniciativa com os outros presidentes de criar a Tejo Ambiente e nós votámos favoravelmente porque penso que é, nesta circunstância, atitude de criação de condições intermunicipais que pode alicerçar trabalhos desta natureza e, por isso, queria congratular-me em nome do PS. -----

Em segundo lugar, dizer ao senhor Presidente, o senhor sublinhou que herdou uma situação que não tinha projetos e que, em dois anos e meio, foi possível já ter esta aprovação. Eu sublinho isso e esse trabalho, mas, sublinho também que, no quadro comunitário de 2007 a 2014 não tivemos fundos comunitários para este efeito e que o anterior executivo PS também, tendo iniciado o quadro comunitário de apoio em 2014, início 2015, e antes de sair do executivo também deixou uma candidatura sensivelmente do mesmo valor desta que permitiu as obras de saneamento que estão agora a terminar. -----

Portanto, sublinho que o senhor Presidente fez o trabalho que lhe era devido porque o Presidente da Câmara e o executivo são para fazer esse trabalho, para garantir aos ourenses que a cada momento que haja oportunidade de fazer obras deve-se aproveitar. -----

Não posso deixar de sublinhar isso. Foi bem aproveitado, mas também não quero deixar de dizer que o senhor Presidente e o executivo não fizeram nada de mais, fizeram aquilo que era normal e que qualquer pessoa diligente e capacitado faria. -----

Quem fica mais apetrechado com mais um conjunto de obras, mas há outros destinos que, com certeza, serão objeto em próximas oportunidades de investimento. É assim que se constrói um concelho melhor.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL informou de que as obras de asfaltamento realizam-se somente no final da obra, sendo o respetivo valor contemplado somente no orçamento de 2021. -----

Mais disse, com estas obras agora aprovadas, será alargada a rede do concelho, conseguindo atingir uma cobertura de cerca de 60%, abrangendo assim cerca de mil e duzentas casas. -----

Quanto à receita, a mesma reverte para a Tejo Ambiente, assim como as despesas que futuramente venham a surgir, como manutenção, reparação de rede, etc. -----

----- De seguida, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO** expôs o seguinte: “Gostaria de saudar a Câmara Municipal por esta ação e por estas medidas que está a tomar. -----

Se analisarmos bem este assunto, a taxa de saneamento que, neste momento, existe é precisamente a mesma que existia quando o PSD saiu da Câmara em 2009. Podemos concluir que, em 8 anos, o PS não fez nada relativamente a esta matéria. -----

Uma segunda nota, gostaria de dizer que Urqueira é uma Freguesia que não tem saneamento. Deixo aqui um forte apelo para que se faça um esforço, o máximo possível, para que o saneamento chegue a Urqueira.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO, expôs o seguinte: “Gostaria de refutar aquilo que foi dito pelo deputado Orlando Cavaco porque isso não é verdade. Deve andar muito distraído. Noas últimas assembleias municipais temos discutido os problemas do alargamento de rede de saneamento em Fátima, inclusive com troca de opiniões muito acesas entre alguns senhores deputados. -----

A rede de 46% que tínhamos em 2009 é a mesma de hoje, quando o senhor Presidente da Câmara acabou de dizer que cobrindo mais 1220 casas, registava-se mais 14% do território do concelho com este saneamento. Sejam rigorosos. Apelo ao rigor. -----

Não sei se estamos em 46%, 48% ou 50%. Sei que estamos a mais de 46% porque houve investimento nas redes de Matas, Cercal e Fátima, e isto é factual. -----

O senhor Presidente da Assembleia sabe, o senhor Presidente da Câmara sabe, exceto o senhor deputado Orlando Cavaco que deve andar distraído. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL esclareceu que quando chegou ao executivo em 2017, a cobertura do saneamento era de 47%. Com as obras de saneamento que decorreram no Cercal, Matas e Espite e as que estão a decorrer em Fátima, candidatas pelo anterior executivo, mas realizadas pelo atual executivo, a taxa de cobertura chega aos 50%. Os restantes 10% decorrem das obras que estão em discussão nesta sessão, chegando assim, sensivelmente, aos 60% de cobertura de rede de saneamento, sendo esta a realidade no concelho. -----

----- NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

03.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA ESTRADA DE MINDE E BOLEIROS – BACIA 1 E 3 – FASE 1 – FREGUESIA DE FÁTIMA – ACORDO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA E FINANCIAMENTO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 22102**, datado de **2020.04.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.04.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes dos encargos subjacentes ao Acordo de Execução da Empreitada supra referida, a celebrar com a Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito da candidatura aprovada pelo Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), para a execução da empreitada supra mencionada, foi apresentada a carta registada sob o n.º 14.003/2020, da **Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A.**, com sede no Edifício Paço do Conde, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta Cidade, a solicitar a esta Autarquia, a comparticipação financeira do montante de 245.609,78€, acrescido de IVA, correspondente à despesa não elegível (trabalhos de pavimentação geral/reposição) e decorrente do estabelecido no n.º 4, da cláusula 4.ª do Contrato de Gestão Delegada, que refere que se mantém, na esfera da competência deste Município, todos os

trabalhos e serviços que vão para além da atividade do saneamento, remetendo para o efeito, proposta de minuta de acordo de constituição de agrupamento de entidades adjudicantes. -----

O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, prestou uma informação, datada de 16 de março findo, a propor uma comparticipação financeira, por parte deste Município, até ao valor máximo de 302.100,03€ (IVA incluído), correspondente à componente não elegível pelo POSEUR, a ocorrer em 2021. -----

(Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do MOVE, pretendeu saber se esta obra contempla a pavimentação até ao limite do concelho, ou seja, até à Freguesia de Minde. -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA** expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. - Gostaria de colocar umas perguntas para tentar perceber estas questões, o que não vai interferir com o sentido de voto, apenas quero perceber algumas contas. -----

O valor de 20% que nos foi apresentado nos documentos anexos a esta matéria, pergunto se este valor, aquando da constituição da Tejo Ambiente, no início destes concursos já estava incluído. Procurei no orçamento e não encontrei este valor de um milhão e duzentos mil euros.

Para perceber o contexto geral, perguntava quem ficará a receber os valores totais do saneamento? Ou seja, os valores que a população paga pelos serviços de saneamento. Presumo que seja a Tejo Ambiente. -----

Perguntava ainda se foi de facto um bom negócio. Eu percebo que há uma comparticipação muito relevante do POSEUR e teria de ser mais ou menos nestes termos, mas, ficámos sem a receita. Ficamos quase uma PPP para muitos anos. -----

É esta dicotomia de valores que eu queria tentar perceber qual era o valor anual que se receberia, para tentar fazer contas no final.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Caras e caros colegas -----

A minha intervenção é para me congratular com a provação destes valores do POSEUR. Penso que é um bom passo para aumentarmos o valor da cobertura da nossa rede de saneamento. Nós somos um concelho que ficou para trás com aquela velha história da não aprovação do PDM e de termos estado a década de 90 toda e a primeira década deste milénio a perder fundos comunitários. Portanto, em boa hora, o senhor Presidente tomou a iniciativa com os outros presidentes de criar a Tejo Ambiente e nós votámos favoravelmente porque penso que é, nesta circunstância, atitude de criação de condições intermunicipais que pode alicerçar trabalhos desta natureza e, por isso, queria congratular-me em nome do PS. -----

Em segundo lugar, dizer ao senhor Presidente, o senhor sublinhou que herdou uma situação que não tinha projetos e que, em dois anos e meio, foi possível já ter esta aprovação. Eu sublinho isso e esse trabalho, mas, sublinho também que, no quadro comunitário de 2007 a 2014 não tivemos fundos comunitários para este efeito e que o anterior executivo PS também, tendo iniciado o quadro comunitário de apoio em 2014, início 2015, e antes de sair do executivo também deixou uma candidatura sensivelmente do mesmo valor desta que permitiu as obras de saneamento que estão agora a terminar. -----

Portanto, sublinho que o senhor Presidente fez o trabalho que lhe era devido porque o Presidente da Câmara e o executivo são para fazer esse trabalho, para garantir aos ourenses que a cada momento que haja oportunidade de fazer obras deve-se aproveitar. -----

Não posso deixar de sublinhar isso. Foi bem aproveitado, mas também não quero deixar de dizer que o senhor Presidente e o executivo não fizeram nada de mais, fizeram aquilo que era normal e que qualquer pessoa diligente e capacitado faria. -----

Quem fica mais apetrechado com mais um conjunto de obras, mas há outros destinos que, com certeza, serão objeto em próximas oportunidades de investimento. É assim que se constrói um concelho melhor.” -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta da Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Gostaria de me congratular e agradecer as obras de saneamento na minha Freguesia. Como disse o nosso colega Pereira, é pouco, mas já é alguma coisa. -----

Na estrada de Minde e com o asfaltamento até à zona de Minde, só tenho a dizer obrigado em nome dos fatimenses e de quem utiliza aquela zona, assim como quem ali mora. -----

Continuemos assim a infraestruturar o nosso concelho na área do saneamento e outras. -----

Obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL informou o seguinte: -----

- Quanto à primeira questão, disse que a pavimentação está prevista na zona de Boleiros até, sensivelmente, às bombas de gasolina da Galp, perto do D. Nuno. Contudo está a diligenciar-se para que, mais tarde, se proceda ao resto da pavimentação até limite do concelho. -----

- Quanto à segunda questão, informou de que as obras de asfaltamento realizam-se somente no final da obra, sendo o respetivo valor contemplado somente no orçamento de 2021. -----

Mais disse, com estas obras agora aprovadas, será alargada a rede do concelho, conseguindo atingir uma cobertura de cerca de 60%, abrangendo assim cerca de mil e duzentas casas. -----

Quanto à receita, a mesma reverte para a Tejo Ambiente, assim como as despesas que futuramente venham a surgir, como manutenção, reparação de rede, etc. -----

----- De seguida, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO** expôs o seguinte: “Gostaria de saudar a Câmara Municipal por esta ação e por estas medidas que está a tomar. -----

Se analisarmos bem este assunto, a taxa de saneamento que, neste momento, existe é precisamente a mesma que existia quando o PSD saiu da Câmara em 2009. Podemos concluir que, em 8 anos, o PS não fez nada relativamente a esta matéria. -----

Uma segunda nota, gostaria de dizer que Urqueira é uma Freguesia que não tem saneamento. Deixo aqui um forte apelo para que se faça um esforço, o máximo possível, para que o saneamento chegue a Urqueira.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO, expôs o seguinte: “Gostaria de refutar aquilo que foi dito pelo deputado Orlando Cavaco porque isso não é verdade. Deve andar muito distraído. Noas últimas assembleias

municipais temos discutido os problemas do alargamento de rede de saneamento em Fátima, inclusive com troca de opiniões muito acesas entre alguns senhores deputados. -----

A rede de 46% que tínhamos em 2009 é a mesma de hoje, quando o senhor Presidente da Câmara acabou de dizer que cobrindo mais 1220 casas, registava-se mais 14% do território do concelho com este saneamento. Sejam rigorosos. Apelo ao rigor. -----

Não sei se estamos em 46%, 48% ou 50%. Sei que estamos a mais de 46% porque houve investimento nas redes de Matas, Cercal e Fátima, e isto é factual. -----

O senhor Presidente da Assembleia sabe, o senhor Presidente da Câmara sabe, exceto o senhor deputado Orlando Cavaco que deve andar distraído. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL esclareceu que quando chegou ao executivo em 2017, a cobertura do saneamento era de 47%. Com as obras de saneamento que decorreram no Cercal, Matas e Espite e as que estão a decorrer em Fátima, candidatas pelo anterior executivo, mas realizadas pelo atual executivo, a taxa de cobertura chega aos 50%. Os restantes 10% decorrem das obras que estão em discussão nesta sessão, chegando assim, sensivelmente, aos 60% de cobertura de rede de saneamento, sendo esta a realidade no concelho. -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

03.05 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NO BAIRRO – ACORDO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA E FINANCIAMENTO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 22103**, datado de **2020.04.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.04.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), autorização para assunção dos compromissos

plurianuais decorrentes dos encargos subjacentes ao Acordo de Execução da Empreitada supra referida, a celebrar com a Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito da candidatura aprovada pelo Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), para a execução da empreitada supra mencionada, foi apresentada a carta registada sob o n.º 14.010/2020, da **Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A.**, com sede no Edifício Paço do Conde, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta Cidade, a solicitar a esta Autarquia, a comparticipação financeira do montante de 363.977,52€, acrescido de IVA, correspondente à despesa não elegível (trabalhos de pavimentação geral/reposição) e decorrente do estabelecido no n.º 4, da cláusula 4.ª do Contrato de Gestão Delegada, que refere que se mantém, na esfera da competência deste Município, todos os trabalhos e serviços que vão para além da atividade do saneamento, remetendo para o efeito, proposta de minuta de acordo de constituição de agrupamento de entidades adjudicantes. -----
O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, prestou uma informação, datada de 16 de março findo, a propor uma comparticipação financeira, por parte deste Município, até ao valor máximo de 447.692,35€ (IVA incluído), correspondente à componente não elegível pelo POSEUR, a ocorrer em 2021. -----

(Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do MOVE, pretendeu saber se serão intervencionadas ruas específicas ou toda a localidade. -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA** expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. - Gostaria de colocar umas perguntas para tentar perceber estas questões, o que não vai interferir com o sentido de voto, apenas quero perceber algumas contas. -----

O valor de 20% que nos foi apresentado nos documentos anexos a esta matéria, pergunto se este valor, aquando da constituição da Tejo Ambiente, no início destes concursos já estava incluído. Procurei no orçamento e não encontrei este valor de um milhão e duzentos mil euros.

Para perceber o contexto geral, perguntava quem ficará a receber os valores totais do saneamento? Ou seja, os valores que a população paga pelos serviços de saneamento.

Presumo que seja a Tejo Ambiente. -----

Perguntava ainda se foi de facto um bom negócio. Eu percebo que há uma comparticipação muito relevante do POSEUR e teria de ser mais ou menos nestes termos, mas, ficámos sem a receita. Ficamos quase uma PPP para muitos anos. -----

É esta dicotomia de valores que eu queria tentar perceber qual era o valor anual que se receberia, para tentar fazer contas no final.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Caras e caros colegas -----

A minha intervenção é para me congratular com a aprovação destes valores do POSEUR. Penso que é um bom passo para aumentarmos o valor da cobertura da nossa rede de saneamento. Nós somos um concelho que ficou para trás com aquela velha história da não aprovação do PDM e de termos estado a década de 90 toda e a primeira década deste milénio a perder fundos comunitários. Portanto, em boa hora, o senhor Presidente tomou a iniciativa com os outros presidentes de criar a Tejo Ambiente e nós votámos favoravelmente porque penso que é, nesta circunstância, atitude de criação de condições intermunicipais que pode alicerçar trabalhos desta natureza e, por isso, queria congratular-me em nome do PS. -----

Em segundo lugar, dizer ao senhor Presidente, o senhor sublinhou que herdou uma situação que não tinha projetos e que, em dois anos e meio, foi possível já ter esta aprovação. Eu sublinho isso e esse trabalho, mas, sublinho também que, no quadro comunitário de 2007 a 2014 não tivemos fundos comunitários para este efeito e que o anterior executivo PS também, tendo iniciado o quadro comunitário de apoio em 2014, início 2015, e antes de sair do

executivo também deixou uma candidatura sensivelmente do mesmo valor desta que permitiu as obras de saneamento que estão agora a terminar. -----

Portanto, sublinho que o senhor Presidente fez o trabalho que lhe era devido porque o Presidente da Câmara e o executivo são para fazer esse trabalho, para garantir aos ourenses que a cada momento que haja oportunidade de fazer obras deve-se aproveitar. -----

Não posso deixar de sublinhar isso. Foi bem aproveitado, mas também não quero deixar de dizer que o senhor Presidente e o executivo não fizeram nada de mais, fizeram aquilo que era normal e que qualquer pessoa diligente e capacitado faria. -----

Quem fica mais apetrechado com mais um conjunto de obras, mas há outros destinos que, com certeza, serão objeto em próximas oportunidades de investimento. É assim que se constrói um concelho melhor.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL informou o seguinte: -----

- Quanto à primeira questão, disse que está previsto intervencionar toda a localidade. -----

- Quanto à segunda questão, informou de que as obras de asfaltamento realizam-se somente no final da obra, sendo o respetivo valor contemplado somente no orçamento de 2021. -----

Mais disse, com estas obras agora aprovadas, será alargada a rede do concelho, conseguindo atingir uma cobertura de cerca de 60%, abrangendo assim cerca de mil e duzentas casas. -----

Quanto à receita, a mesma reverte para a Tejo Ambiente, assim como as despesas que futuramente venham a surgir, como manutenção, reparação de rede, etc. -----

----- De seguida, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO** expôs o seguinte: “Gostaria de saudar a Câmara Municipal por esta ação e por estas medidas que está a tomar. -----

Se analisarmos bem este assunto, a taxa de saneamento que, neste momento, existe é precisamente a mesma que existia quando o PSD saiu da Câmara em 2009. Podemos concluir que, em 8 anos, o PS não fez nada relativamente a esta matéria. -----

Uma segunda nota, gostaria de dizer que Urqueira é uma Freguesia que não tem saneamento. Deixo aqui um forte apelo para que se faça um esforço, o máximo possível, para que o saneamento chegue a Urqueira.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO, expôs o seguinte: “Gostaria de refutar aquilo que foi dito pelo deputado Orlando Cavaco porque isso não é verdade. Deve andar muito distraído. Noas últimas assembleias municipais temos discutido os problemas do alargamento de rede de saneamento em Fátima, inclusive com troca de opiniões muito acesas entre alguns senhores deputados. -----

A rede de 46% que tínhamos em 2009 é a mesma de hoje, quando o senhor Presidente da Câmara acabou de dizer que cobrindo mais 1220 casas, registava-se mais 14% do território do concelho com este saneamento. Sejam rigorosos. Apelo ao rigor. -----

Não sei se estamos em 46%, 48% ou 50%. Sei que estamos a mais de 46% porque houve investimento nas redes de Matas, Cercal e Fátima, e isto é factual. -----

O senhor Presidente da Assembleia sabe, o senhor Presidente da Câmara sabe, exceto o senhor deputado Orlando Cavaco que deve andar distraído. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL esclareceu que quando chegou ao executivo em 2017, a cobertura do saneamento era de 47%. Com as obras de saneamento que decorreram no Cercal, Matas e Espite e as que estão a decorrer em Fátima, candidatas pelo anterior executivo, mas realizadas pelo atual executivo, a taxa de cobertura chega aos 50%. Os restantes 10% decorrem das obras que estão em discussão nesta sessão, chegando assim, sensivelmente, aos 60% de cobertura de rede de saneamento, sendo esta a realidade no concelho. -----

----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

**03.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P038/2020 –
REQUALIFICAÇÃO DA E.M. 357 – ESTRADA DE LEIRIA, TROÇO ENTRE A ROTUNDA
NORTE E O LIMITE DO CONCELHO. -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 22157**, datado de **2020.04.27**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.04.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes do procedimento acima referido, do seguinte modo: -----

----- Ano 2020 – 879.970,57 euros -----

----- Ano 2021 – 1.319.956,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento da informação registada sob o n.º 19.506/2020, do Chefe da Divisão de Projetos Técnicos, a anexar projeto da empreitada designada em epígrafe, composto pelo mapa de trabalhos, peças desenhadas e estimativa orçamental, no montante de 2.075.402,42€, foi apreciada uma informação, datada de 14 de abril corrente, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a remeter o Anúncio, o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos e a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, atendendo ao valor do preço base de 2.075.402,42€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de execução de 300 dias e a dar conta, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação do preço se baseou nos preços praticados para o mesmo tipo de trabalhos e em preços disponibilizados nas páginas da web dos respetivos fornecedores, para os equipamentos. -----

Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 15 também do mês em curso, a dar conta de que concorda com o procedimento e com as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficientes, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, devendo o início de execução física da

empreitada ocorrer em setembro do ano em curso, com os encargos de 879.970,57€ em 2020 e de 1.319.956,00€ em 2021. -----

(Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA** expôs o seguinte: “Esta é uma obra importante, essencial para todos. -----

No meio desta campanha que tem sido feita desde o início do mandato, eu recordava que o senhor Presidente da Câmara que, em janeiro / fevereiro de 2019, na Junta de Freguesia de Fátima, no âmbito da ação Ouvir Ourém e os Ourenses, o senhor Presidente disse que em setembro de 2019 iria começar a obra. Curiosamente, a obra vai começar em setembro de 2020 para acabar exatamente em cima das eleições de 2021. Parece-nos que tem de haver mais respeito pelas populações, ou seja, ou se anuncia e se faz ou então não pode valer tudo para ganhar as eleições. Quando anunciamos uma coisa temos de tentar fazer. O senhor Presidente anunciou formalmente naquela reunião que em setembro de 2019 iriam iniciar as obras sem falta. Estamos em 2020, e só mais um ano para coincidir com as autárquicas de 2021.” -----

= **NUNO MIGUEL NEVES DOS PRAZERES**, expôs o seguinte: “É uma obra que estamos à espera há mais de 20 anos. Julgo que passam vários executivos e com muitas dificuldades não conseguiu fazer. -----

Agradeço, em nome de todos os fatimenses, o facto desta obra arrancar ainda este ano. -----

Dizer que é uma obra crucial para o desenvolvimento quer de Fátima, quer do restante concelho que é a principal ligação da A1 ao IC9. Sabemos que o IC9 é uma obra muito importante, mas que não está a ter o seu desenvolvimento pleno por falta da ligação à A1. É uma obra essencial. Todos ficaremos a ganhar, quer Fátima, quer o resto do concelho que fará uma ligação muito mais rápida e expedita. -----

Gostaria de dizer ainda que é o ponto principal de entrada dos peregrinos para Fátima. Julgo que se esta obra se conseguir fazer até ao fim do mandato, seria excelente, independentemente da data, é preciso que ela se faça. -----

Obrigado.” -----
----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu que esta é uma obra fundamental para Fátima, tendo tido já o cuidado de dizer que lamentava que a mesma não tivesse começado há mais tempo. O lançamento da obra não tem a ver com calendários eleitorais, as obras são lançadas logo que haja oportunidade, contudo, esta teve de ser toda ela projetada. -----
A obra será lançada agora, independentemente do calendário eleitoral e, deverá ser regozijo para todos, dado ser efetivamente uma grande necessidade para Fátima e para o concelho de Ourém.” -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

03.07 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONSTITUIÇÃO DE JÚRIS PARA PROCEDIMENTOS DE RECRUTAMENTO DOS CARGOS DE DIRIGENTES PARA 13 UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS (DGF, DRHI, DOMSU, DUT, DAC, DEVS, DAFCE, DET, DFC, DAS, DPT, SAdj E SCPA). -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 22250**, datado de **2020.04.27**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.04.20, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da composição dos júris propostos para os procedimentos em apreço, nos termos do art.º 13.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 20.910/2020, do **Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Informática**, que se passa a transcrever: “Considerando que: -----

a) Aquando da designação dos dirigentes das unidades orgânicas flexíveis supra referidas, foi determinado a abertura dos respetivos procedimentos para recrutamento dos cargos dirigentes.

b) Já foram rececionadas as respostas aos convites formulados às entidades consultadas para designarem os elementos para a constituição dos júris, diligência esta feita a coberto dos despachos do Presidente da Câmara de 21/11/2018 (Mov. 4 do registo MGD 40454/2018) e de 01/02/2020 (Mov. 4 do registo 2437/2020). -----

c) Embora o artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto não imponha a existência de suplentes na constituição do júri, somos de opinião de que é de todo conveniente que sejam considerados, por forma a não comprometer o normal desenrolar do processo. -----

d) O artigo 13.º da lei citada, define como requisitos para a escolha dos vogais, personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica, pelo que, para os vogais suplentes se propõe a designação de trabalhadores do Município. -----

e) É da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovação da composição do júri, nos termos do citado artigo 13.º. -----

Face ao exposto, a proposta de composição do júri de cada um dos procedimentos é a seguinte: -----

1. Divisão de Gestão Financeira – DGF -----

Presidente: Eugénia Maria Lucas Ribeiro, administradora do Instituto Politécnico de Leiria. ----

1.º Vogal efetivo: Graciete Maria Coelho Raposo Campos, dirigente da Câmara Municipal de Leiria. -----

2.º Vogal efetivo: Marta Sofia Pereira Peças, dirigente da Câmara Municipal de Torres Novas

Vogal suplente: Eusébio Manuel Silva Monteiro, dirigente da Câmara Municipal de Ourém ----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

2. Divisão de Recursos Humanos e Informática – DRHI -----

Presidente: Isabel Fernanda Lopes Duarte, diretora da direção de serviços de recursos humanos do Instituto Politécnico de Leiria -----

1.º Vogal efetivo: Maria Graciete da Purificação Reis Henriques Honrado, professora do Instituto Politécnico de Tomar -----

2.º Vogal efetivo: Rogério Paulo Fernandes Nunes, dirigente da Câmara Municipal de Porto de Mós -----

Vogal suplente: António Miguel Freire Ribeirinho, dirigente da Câmara Municipal de Pombal ---

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

3. Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos – DOMSU -----

Presidente: Carlos Jorge Trindade da Silva Rente, professor do Instituto Politécnico de Tomar

1.º Vogal efetivo: João Pedro Frias Freitas, dirigente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere -----

2.º Vogal efetivo: Artur Jorge Patrício Gaspar, dirigente da Câmara Municipal de Pombal -----

Vogal suplente: Sandra Paula Cardoso Machado Macedo, dirigente da Câmara Municipal de Leiria -----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

4. Divisão de Urbanismo e Território – DUT -----

Presidente: Rita Ribeiro de Carvalho Ferreira Anastácio, professora do Instituto Politécnico de Tomar -----

1.º Vogal efetivo: Luísa Maria Silva Gonçalves, dirigente da Câmara Municipal de Leiria -----

2.º Vogal efetivo: Maria Leonor Domingos Calisto, dirigente da Câmara Municipal de Torres Novas -----

Vogal suplente: Vítor Manuel de Sousa Dias, dirigente da Câmara Municipal de Ourém -----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

5. Divisão de Ação Cultural – DAC -----

Presidente: Samuel José Travassos Rama, professor do Instituto Politécnico de Leiria -----

1.º Vogal efetivo: Elisabete Cotrim Gonçalves da Silva, dirigente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere -----

2.º Vogal efetivo: Margarida Cristina Freire Simões Moleiro, dirigente da Câmara Municipal de Torres Novas -----

Vogal suplente: Fernando Luís Gaspar da Silva Pereira Marques, dirigente da Câmara Municipal de Ourém -----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

6. Divisão de Educação e Vida Saudável – DEVS -----

Presidente: Isabel Maria Paraíso Faria Lopes, diretora da direção de serviços de Serviços Académicos do Instituto Politécnico de Leiria -----

1.º Vogal efetivo: Sandra Margarida Pimentel, diretora do Agrupamento de Escolas de Ourém

2.º Vogal efetivo: Maria Fernanda Pires Aparício, professora do Instituto Politécnico de Tomar

Vogal suplente: Vítor Manuel de Sousa Dias, dirigente da Câmara Municipal de Ourém -----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

7. Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente – DAFCE -----

Presidente: Olinda Maria dos Santos Sequeira, professora do Instituto Politécnico de Tomar ---

1.º Vogal efetivo: Pedro Miguel Ramalho Costa, chefe de gabinete do Presidente do Instituto Politécnico de Leiria -----

2.º Vogal efetivo: Benedita Catarina Nunes Soares Duarte, dirigente da Câmara Municipal da Batalha -----

Vogal suplente: Fernando Luís Gaspar da Silva Pereira Marques, dirigente da Câmara Municipal de Ourém -----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

8. Divisão de Empreendedorismo e Turismo – DET -----

Presidente: Alexandre Miguel Santos Soares, dirigente do Instituto Politécnico de Leiria -----

1.º Vogal efetivo: Jorge Manuel Salgado Simões, dirigente da Câmara Municipal de Torres Novas -----

2.º Vogal efetivo: Rui Miguel Borges Cunha, dirigente da Câmara Municipal da Batalha -----

Vogal suplente: Fernando Luís Gaspar da Silva Pereira Marques, dirigente da Câmara Municipal de Ourém -----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

9. Divisão de Fiscalização e Contencioso – DFC -----

Presidente: Rogério Paulo Fernandes Nunes, dirigente da Câmara Municipal de Porto de Mós

1.º Vogal efetivo: Márcio Artur Santos Serrano, dirigente da Câmara Municipal de Leiria -----

2.º Vogal efetivo: Telma Filipa Santos Pereira, dirigente da Câmara Municipal de Torres Novas

Vogal suplente: Eusébio Manuel Silva Monteiro, dirigente da Câmara Municipal de Ourém ----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

10. Divisão de Ambiente e Sustentabilidade – DAS -----

Presidente: Rui Miguel Gameiro das Neves Pereirinha, dirigente da Câmara Municipal de Torres Novas -----

1.º Vogal efetivo: Manuel Gameiro, dirigente da Câmara Municipal da Batalha -----

2.º Vogal efetivo: João Pedro Frias Freitas, dirigente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere -----

Vogal suplente: Vítor Manuel de Sousa Dias, dirigente da Câmara Municipal de Ourém -----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

11. Divisão de Projetos Técnicos – DPT -----

Presidente: Carlos Jorge Trindade da Silva Rente, professor do Instituto Politécnico de Tomar

1.º Vogal efetivo: Ricardo de Jesus Gomes, professor do Instituto Politécnico de Leiria -----

2.º Vogal efetivo: Nuno Eduardo Ferreira Valente, chefe de equipa multidisciplinar da Câmara Municipal de Torres Novas -----

Vogal suplente: Eusébio Manuel Silva Monteiro, dirigente da Câmara Municipal de Ourém ----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

12. Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude – SADJ -----

Presidente: Pedro Miguel Gonçalves Roque, dirigente da Câmara Municipal de Leiria -----

1.º Vogal efetivo: André da Silva Sousa, dirigente da Câmara Municipal de Torres Novas -----

2.º Vogal efetivo: Rui Miguel Borges Cunha, dirigente da Câmara Municipal da Batalha -----

Vogal suplente: Eusébio Manuel Silva Monteiro, dirigente da Câmara Municipal de Ourém ----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

13. Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento – SCPA -----

Presidente: Paula Alexandra da Cruz Silva Pina de Almeida, professora do Instituto Politécnico de Tomar -----

1.º Vogal efetivo: Elisabete Cotrim Gonçalves da Silva, dirigente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere -----

2.º Vogal efetivo: Benedita Catarina Nunes Soares Duarte, dirigente da Câmara Municipal da Batalha-----

Vogal suplente: Fernando Luís Gaspar da Silva Pereira Marques, dirigente da Câmara Municipal de Ourém -----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

À consideração superior para apreciação da Câmara Municipal e remessa à Assembleia Municipal para aprovação.” -----

(Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Durante 8 anos da gestão do PS na Câmara Municipal, não se registou qualquer concurso para as “chefias” municipais. Os dirigentes ficavam numa situação de nomeação em regime transitório, o que, segundo a lei, não poderia exceder os 90 dias, salvo se já estiver a decorrer o respetivo concurso. -----

Para além de ilegal, era uma forma de condicionar a ação dos dirigentes, que ficavam numa situação instável e desconfortável. -----

A Coligação Ourém Sempre, quando foi oposição, sempre criticou esta postura do PS que, continuamente, foram protelando a abertura de concursos para as chefias municipais. -----

Com esta proposta da Câmara Municipal, fica demonstrado que não mudamos de opinião quando aqui chegamos em 2017, e o que criticámos na gestão do PS durante dois mandatos, não se repetirá. -----

Estamos empenhados em realizar estes concursos para os dirigentes municipais, repondo a legalidade e trazendo estabilidade ao bom desempenho das suas funções, que são de três anos. -----

Aqui fica mais um compromisso eleitoral materializado, transmitindo credibilidade e transparência à nossa gestão municipal.” -----

= **JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO**, na qualidade de representante de grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----
Lamento ter de começar com esta intervenção nesta Assembleia Municipal que não é do meu agrado porque, mais uma vez, depois do meu camarada António Gameiro ter tido a necessidade de fazer uma intervenção e corrigir o deputado Orlando Cavaco relativamente à forma pouco rigorosa como descreve a história, tenho de intervir. -----
Durante os mandatos do PS nesta casa, houve abertura de concursos em algumas situações e, por isso, o afirmar lapidamente que não houve, não é verdadeiro. Aliás, houve concursos que até tiveram reclamações logo no primeiro mandato. O que aconteceu, foi que houve um conjunto de alterações orgânicas que coincidiram com determinados momentos que prorrogaram os prazos. Estou em condições de afirmar, e é uma questão de ir ao arquivo municipal, que o PS, a partir 2008, abriu processos concursais. -----
Deixava esta nota. Antes de intervenções gratuitas, informe-se.” -----

= **MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS**, na qualidade de representante de grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém -----
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém -----
Exmos. Senhores Vereadores, -----
Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----
Exmos. Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e demais autarcas, -----
Exmas. Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas -----
Exmos. Representantes das Associações Cívicas, Desportivas, Recreativas, Culturais e Empresariais, -----
Exmos. Senhores Funcionários, -----
Exmos. Convidados, -----
Exmos. Senhores representantes dos órgãos de comunicação social, -----
Minhas Senhoras, -----
Meus Senhores, -----

Em nome do CDS-PP, gostaria de me congratular com o empenhamento colocado pelo Executivo Municipal em levar por diante a ideia de serem realizados concursos para cargos de dirigentes no Município de Ourém. -----

Como sempre temos dito, a actividade política deve nortear-se pela coerência. Durante todo o período em que a 'Coligação Ourém Sempre' exerceu o seu mandato na oposição, sempre se bateu de forma pública e transparente pela importância da concretização de concursos para os cargos de dirigentes no Município de Ourém. -----

Consideramos, pois, que esta tomada de posição irá não apenas moralizar o processo de recrutamento das chefias das estruturas em questão, como garantir um melhor funcionamento, na medida em que oferece aos seus titulares a devida estabilidade para o adequado desempenho das funções, durante o período de duração do seu exercício. -----

É bom recordar que, há mais de uma década, não se materializou qualquer concurso para as "chefias" municipais, estando os dirigentes, desde então, na situação de nomeados em regime transitório, o que, segundo a Lei, não deveria exceder os 90 dias, salvo se já estivesse a decorrer o respectivo concurso. -----

Se, no passado, estes inícios de procedimento para os concursos de dirigentes validaram as nomeações em regime transitório, hoje fica claro para todos a razão que a 'Coligação Ourém Sempre' teve ao manifestar tudo quanto manifestou sobre o assunto ao longo do tempo. De facto, acreditamos mesmo na isenção da gestão municipal! Que também é garantia de credibilidade. E que, além disso, ao promover a meritocracia, valoriza quem exerce a função. --

Honrar, também nesta matéria - e uma vez mais - os compromissos eleitorais que defendemos junto dos nossos munícipes, não os deixando cair depois de ganharmos as eleições, deverá continuar a ser uma marca do exercício do nosso mandato autárquico. -----

Muito obrigado." -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO, expôs o seguinte: "Gostaria de perguntar porque é que, em oito anos, não houve uma conclusão dos próprios concursos. Iniciar é fácil, mas chegar ao fim é que é difícil. É esta a pergunta que queria devolver ao meu colega deputado José Alho, porque é que estes concursos não concluíram. Esta é que é a grande questão." ----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO expôs o seguinte: “Isto é uma situação um pouco desagradável e tenho pouca paciência para aturar este tipo de argumentação pouco séria. -----

Expliquei as razões. Não estava no ponto da ordem de trabalhos fazer aqui uma descrição histórica desses procedimentos. Terá de, obviamente, perguntar e informar-se, de forma circunstanciada, dessas razões porque é um processo muito longo. Se o senhor Presidente da Assembleia Municipal achar útil agendar esse assunto numa próxima reunião, eu terei todo o gosto em lhe dar essa indicação. -----

O que é lamentável, são as afirmações gratuitas e os termos que aqui foram usados são pura e simplesmente uma mentira.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “De forma a finalizar este processo, acho que é de toda a pertinência, até para validarmos aquilo que aqui foi dito, que o senhor Presidente da Câmara Municipal, na próxima sessão, nos possa trazer um histórico desta matéria para que todos saibamos como é que foram os procedimentos relativamente ao júri e à constituição para escolha de dirigentes. Como é que foi processado, diria, nos últimos três mandatos, para que tenhamos aqui um histórico e possamos fazer a nossa avaliação.” -----

----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

03.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 23691**, datado de **2020.05.05**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.05.04, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização prévia para contratação do citado empréstimo, nos termos do n.º 2, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Sobre o assunto indicado em epígrafe, foi apreciada a informação registada sob o n.º 22.485/2020, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, que a seguir se reproduz na íntegra: “Na sequência de solicitação do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, verifica-se que o Município de Ourém pretende promover os seguintes investimentos: -----

- Requalificação da EM 357 – Estrada de Leiria, Troço entre a Rotunda Norte de o Limite do Concelho (Preço base com IVA incluído de 2.199.926,57 euros, com o prazo de execução de 10 meses, com início previsto em setembro de 2020); -----
- Requalificação da EN 356 – Zona Industrial de Casal dos Frades ao IC9 (Preço base com IVA incluído de 2.621.136,95 euros, com prazo de execução de 10 meses, com início previsto em outubro de 2020); -----
- Requalificação da Rua Dr. Francisco Sá Carneiro e Rua Dr. Neves Eliseu (Ourém), com prazo de execução previsível de 10 meses, com início em novembro de 2020, prevendo-se uma despesa global de 2.515.000 euros (preço base ainda em apuramento – projeto em fase de conclusão). -----

Efetivamente, o Município de Ourém, dispõe na presente data, de enquadramento financeiro adequado nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis apurados em observância à LCPA em montante suficiente para suprir com as despesas elencadas, circunstância que evidencia a capacidade para, com recursos próprios, satisfazer as necessidades financeiras que emanam destes investimentos. -----

Contudo, o contexto pandémico da COVID-19 que se vivencia, com reflexos nefastos nos rendimentos das famílias, das instituições sem fins lucrativos e das entidades empresariais, será indutor de uma provável quebra das receitas municipais no horizonte que se aproxima, em resultado da forte contração prevista para atividade económica. -----

Cumulativamente, será necessário que a autarquia possa desenvolver ações que visem mitigar o impacto económico da contração económica junto da comunidade local, circunstância que poderá motivar uma diminuição da componente tributária e conseqüentemente uma quebra das

receitas municipais, bem como o aumento de despesas não previstas, de materialidade relevante, sendo desse facto exemplo, as já definidas para os meses de abril e maio do ano em curso, enquanto apoio extraordinário às famílias e às Instituições Particulares de Solidariedade Social. -----

Face ao exposto, tendo como objetivo garantir uma adequada capacidade de intervenção económica do município junto dos diversos agentes locais, no que concerne a ações que se possam desenvolver para atenuar o impacto decorrente da crise previsível, junto das famílias e das empresas, sem comprometer um adequado equilíbrio orçamental e financeiro do município, e reconhecendo uma relevante margem disponível para aumento da dívida total, que o município apresenta (em 31/12/2018 era próxima de 33,2M€, não sendo possível, nesta data disponibilizar o valor apurado em 31/12/2019, considerando que não estão ainda concluídas e apuradas as contas relativas ao ano económico em causa e sabendo que as autarquias apenas podem utilizar, em cada, ano, 20% da margem disponível), será prudente encetar-se a contratualização de um empréstimo de longo prazo, até ao valor global de 3 milhões de euros, consignado aos investimentos em referência, a utilizar no ano económico de 2021, conforme seguinte alocação: -----

- Até 900.000,00 euros afetos à Requalificação da EM 357 – Estrada de Leiria, Troço entre a Rotunda Norte de o Limite do Concelho; -----
- Até 1.050.000,00 euros afetos à Requalificação da EN 356 – Zona Industrial de Casal dos Frades ao IC9; -----
- Até 1.050.000,00 euros afetos à Requalificação da Rua Dr. Francisco Sá Carneiro e Dr. Neves Eliseu (Ourém). -----

----- Quadro 1 – Apuramento de componentes próprias -----

	Despesa Total tendo por referência o preço base do procedimento em curso (IVA incluído)			Empréstimo de médio longo prazo a contratualizar			Componente própria	Observações
	Ano de 2020	Ano de 2021	Total	Ano de 2020	Ano de 2021	Total		
P038/2020 - Requalificação da EM 357-Estrada de Leiria, Troço entre a Rotunda Norte e o Limite do Concelho	879 970,63 €	1 319 955,94 €	2 199 926,57 €	0,00 €	900 000,00 €	900 000,00 €	1 299 926,57 €	Empreitada - início em set/2020
Requalificação da EN 356 - Zona Industrial de Casal dos Frades ao IC9	786 341,09 €	1 834 795,87 €	2 621 136,95 €	0,00 €	1 050 000,00 €	1 050 000,00 €	1 571 136,95 €	Empreitada - início em out/2020
Requalificação da Rua Dr. Francisco Sá Carneiro e Dr. Neves Eliseu (Ourém)	503 000,00 €	2 012 000,00 €	2 515 000,00 €	0,00 €	1 050 000,00 €	1 050 000,00 €	1 465 000,00 €	Empreitada - Início em nov/2020
TOTAL	2 169 311,71 €	5 166 751,81 €	7 336 063,52 €	0,00 €	1 950 000,00 €	3 000 000,00 €	4 336 063,52 €	

Neste contexto, considerando que o investimento global associado, se observado o preço base definido e acrescido o IVA à taxa legal em vigor, se situa num valor ligeiramente superior a 7,33 milhões de euros, ou seja, num volume superior a 10% do investimento previsto para o ano de 2021 em PPI (19,6M€), **nos termos do n.º2 do artigo 51.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, os investimentos a financiar são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de investimentos, a discussão e autorização prévia da assembleia municipal.** -----

Complementarmente, propõem-se as seguintes condições a estabelecer no empréstimo a contratualizar, e no respetivo caderno de encargos a submeter à consulta a todas as instituições financeiras com sucursal na área do território do Município de Ourém: -----

- Volume global do empréstimo de longo contratualizar: Até 3.000.000,00€; -----
 - Até 900.000,00 euros consignados à Requalificação da EM 357-Estrada de Leiria, Troço entre Rotunda norte e o Limite do Concelho; -----
 - Até 1.050.000,00 mil euros afetos à Requalificação da EN 356 – Zona Industrial de Casal dos Frades ao IC9; -----
 - Até 1.050.000,00 euros afetos à Requalificação da Rua Dr. Francisco Sá Carneiro e Dr. Neves Eliseu (Ourém). -----
- Período do empréstimo: 15 anos (note-se que nos termos do n.º 7 artigo 51º da Lei73/2013, os empréstimos têm um prazo de vencimento adequado à natureza das

operações que visam financiar, não podendo, em caso algum, exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar o prazo de 20 anos, sendo de referir que nos termos do CIBE/SNCAP os investimentos associados têm uma vida útil de 20 anos) ----

- Prazo para utilização: 2 anos; (cumpre o disposto no n.º 10 do artigo 51º da Lei 73/2013) -----
- Período de carência/diferimento do início da sua amortização: 2 anos (cumpre o disposto no n.º10 do artigo 51º da Lei 73/2013); -----
- Regime de amortizações: Amortizações trimestrais sucessivas e postecipadas constantes de capital; -----
- Juros indexados à Euribor ____; -----
- Floor: Com floor zero. -----
- Sem penalização por amortizações antecipadas -----
- Anexos a preencher pelos concorrentes: -----

Anexo - A (Resumo da Proposta)			
		Proposta	Observações
Valor do empréstimo	3 000 000,00 €		Condição fixa
Período do empréstimo	15 anos		Condição fixa
Período de carência/deferimento	2 anos		Condição fixa
Período de utilização	2 anos		Condição fixa
Indexante da taxa de juro			
Floor	Com floor zero		Condição fixa
Spread			
Prestações	Trimestrais, sucessivas e postecipadas, constantes de capital		Condição fixa
Comissões e encargos			
Penalização por amortizações antecipadas	sem penalização		Condição fixa

Anexo - B (Simulação de encargos financeiros)			
Euribor à data valor de _____			
Considerando o início de utilização do empréstimo em janeiro de 2021			
Ano	Amortização de capital	Encargos	Despesa total
2020			
2021			
2022			
2023			
2024			
2025			
2026			
2027			
2028			
2029			
2030			
2031			
2032			
2033			
2034			
2035			
TOTAL			

Após o período de auscultação ao mercado e efetuada a respetiva análise das propostas, o processo será remetido aos órgãos municipais para deliberação de adjudicação à entidade que apresentar a proposta economicamente mais vantajosa, salientando que, nos termos do n.º 6 do artigo 49º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, a contratação de um empréstimo de longo prazo, por um período de 15 anos, em 2020, implica que a autorização seja aprovada por maioria absoluta dos membros da assembleia em efetividade de funções, considerando que irá produzir efeitos em mais de dois mandatos. -----

À consideração superior,.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL NEVES DOS PRAZERES** expôs o seguinte: “Cumprimento a todos -----

O investimento que está a ser feito na zona industrial e na zona envolvente ao cine-teatro de Ourém, julgo que são obras que todos nós percebemos serem extremamente necessárias e que, junto com a zona industrial, vem potenciar o investimento que será feito também em Fátima, na zona de ligação ao IC9. Penso que estas obras da zona industrial podem favorecer também a zona industrial de Vilar dos Prazeres, um polo importante que está subaproveitado fruto da crise de 2011 e agora, com a COVID, perdem-se mais de mil postos de trabalho. Julgo que é uma zona que devemos ter atenção.” -----

= **MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS**, na qualidade de representante do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Gostaria de sublinhar uma questão que, a este propósito, é, também para nós, muito importante. -----

O CDS-PP sempre entendeu, aliás, como este executivo tem vindo a prosseguir, que, no tocante à contratação de nova dívida, devemos ser o mais rigorosos e cuidadosos possível. A garantia que aqui é dada pelo senhor Presidente da Câmara de que utilizará as verbas deste empréstimo apenas e só em caso de absoluta necessidade e tendo presente que o fundamento do empréstimo se prende com a falta de receitas dado o que passou – e está a passar - nesta fase pandémica, são, para nós, razões suficientes para podermos aceitar, nos moldes em que foi proposto, e bem, este empréstimo. -----

Todavia, gostaria de deixar claro que este executivo tem sido muito rigoroso na gestão de contas, no sentido de diminuir a dívida estrutural do município, pelo que poderia ser eventualmente mal entendida a contratação de um novo empréstimo. Ora, ela acontece nestas circunstâncias - e o CDS-PP gostaria de sublinhá-lo – pelas razões que acabo de expor e não por outras. Por isso, o CDS se congratula pelo facto de a Câmara Municipal e, em particular, o senhor Presidente da Câmara Municipal, terem dito e assumido isso mesmo perante a Assembleia Municipal.” -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

**03.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P044 – EN 356 –
REQUALIFICAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE CASAL DOS FRADES AO IC9. -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 23604**, datado de **2020.05.05**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.05.04, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes do procedimento acima referido. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento do processo registado sob o n.º 22.558/2020, da **Divisão de Projetos Técnicos**, a anexar projeto de execução, foram apresentados o Anúncio, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, para efeitos do designado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 29 de abril findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aproveitamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base de 2.472.770,71€ e pelo prazo de execução de 300 dias e a dar conta, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação do preço base se baseou em valores médios de mercado. -----

Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada também de 29 do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

(Aprovado em minuta)” -----

----- Solicitando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou a seguinte correção ao título dado a esta matéria, devendo figurar da seguinte forma: -----

“P044 – EN 356 – REQUALIFICAÇÃO DA LIGAÇÃO À ZONA INDUSTRIAL DE CASAL DOS FRADES AO IC9” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Ex.mos Senhores Deputados, -----

Oureenses, -----

Não raras vezes, tanto o executivo municipal como esta assembleia municipal têm sido brindados com a narrativa socialista de que está montada uma estrutura de propaganda relativamente ao conjunto de intervenções nas diversas freguesias do concelho, no âmbito do desenvolvimento urbano e na melhoria da rede viária. -----

Confessamos que ficamos atónitos e por vezes baralhados... -----

Afinal de contas quando o Partido Socialista fala em propaganda está a falar de quê? Estarão, porventura, a tentar transmitir que o executivo municipal publicita intervenções que afinal não existem? Ou será que tentam insinuar que as empreitadas não correspondem à verdade quanto aos dados que as envolvem? -----

Talvez para debelar tão fraudulenta teoria socialista, este executivo municipal, sem qualquer receio ou opacidade, no início do ano realizou visitas às obras em curso no concelho, acompanhados pelos Sr. Vereadores não executivos e comunicação social, garantindo que a melhor resposta para a dita propaganda é a realidade próxima e concreta que os nossos olhos podem atestar. -----

Com base nessas visitas foi possível verificar *in loco* as empreitadas lançadas pelo Município e os diversos protocolos de apoio financeiro firmados com entidades parceiras, num investimento nas freguesias e no concelho, em mais de 12,3 milhões de euros. -----

Minhas senhoras e meus senhores, -----

Se alguns acham que tudo se pode resumir à propaganda, a ordem de trabalhos de hoje é inequívoca quanto à incessante dinâmica e volume de investimento que este executivo tem previsto para o curto prazo. -----

Sem qualquer tipo demagogia é preciso dizer que os projetos referentes ao saneamento básico têm uma componente de financiamento comunitário, o que só foi possível, e estamos a falar de um investimento global aprovado em mais de 6 milhões para o nosso concelho, porque houve a audácia e a coragem na decisão de integrar uma empresa intermunicipal para recorrer aos fundos comunitários. Ao contrário do que se passou com o executivo socialista, onde em 8 anos, não houve coragem de tomar qualquer decisão nesta matéria, deixando passar diversos avisos a fundos comunitários que prejudicaram gravemente os Municípios do nosso concelho. Se hoje estamos em condições de aprovar este volume de investimentos, devemos-lo à visão, estratégia e trabalho árduo do Sr. Presidente de Câmara e dos seus Vereadores. -----

É justamente aqui que reside a grande diferença para o Partido Socialista, porque aqui não basta ter a ideia ou ser o visionário. Não basta dizer que há uma campanha de propaganda política ou que os projetos vinham do passado. Este é um grande exemplo de tudo o que foi preciso fazer para conseguirmos este investimento, de todos os passos e determinação até este momento, recorde-se, tudo por única intervenção deste executivo neste mandato autárquico. -----

A requalificação da Estrada de Leiria - empreitada no valor de dois milhões e setenta e cinco mil euros -, que já vimos em ponto anterior, e a requalificação da ligação entre a rotunda do IC9 e a zona industrial de Casal dos Frades – orçada em mais de dois milhões e quatrocentos e setenta mil euros – vem corroborar o nosso entendimento que ao executivo municipal, em funções, é justo reconhecer o seu papel dinamizador e agente decisivo para a significativa melhoria das condições e acessos às aldeias, vilas e cidades, sendo certo que, só hoje, estamos a aprovar mais um pacote de investimentos que ascende os 10 milhões e setecentos mil euros. -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Aquilo que sabemos e nos tranquiliza é que com V.^{as} Ex.^{as} à frente dos destinos municipais não haverá complacências nem desculpas para a execução dos projetos que fazem falta, independentemente da mera conveniência política da oposição, de que tudo se resume a propaganda política. Temos a ampla certeza que os nossos cidadãos estarão do vosso lado porque o trabalho e a obra falam por si!” -----

= **CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Gostaria de cumprimentar todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Gostaria de reforçar a mensagem da requalificação da 356 até à zona industrial de Casal dos Frades, Seiça, Ourém. -----

Por um lado, queria congratular-me porque é uma obra que deveria estar feita há mais de trinta anos. Isso pôs em causa a competitividade e a produtividade dos nossos empresários. Espero que esta situação que foi hoje presente, em termos de tramites de concurso e de desenvolvimento, permita que seja realizada com a urgência possível. -----

O executivo da Junta de Seiça quer referenciar um aspeto que entendemos muito importante que foi o executivo camarário nos ter consultado quanto ao projeto abordado. Quero congratular-me porque as sugestões dadas pelo executivo da Junta e pela Assembleia de Freguesia foram contempladas, o que para nós é gratificante e vai contribuir para uma melhoria para uma pequena parte onde Seiça é abrangida. -----

Queria também fazer uma solicitação. No seguimento de algumas intervenções que tenho feito, pois esta intervenção sabe a pouco, e sabe a pouco porque na minha opinião, enquanto Presidente de Junta de Seiça, do lado nascente de Ourém, o objetivo é a Freixianda, abrangendo apenas 2km de Seiça. A questão que queria colocar aqui ao senhor Presidente, para quando estão previstos iniciarem-se os projetos de requalificação do troço seguinte. -----

Concordo plenamente com o pedido da questão de um contrato de financiamento porque, neste momento, temos taxas muito favoráveis e com o prazo dilatado, como é neste caso, são beneficiadores do desenvolvimento local. -----

Deixo uma sugestão, que o orçamento do ano que vem, além do projeto, tivesse também uma tranche e porque não com um financiamento a 20 anos. Todos temos a noção que os fundos comunitários, nestes próximos anos, não vão estar aqui. A existirem e com um pouco de vontade política, penso que deveriam ser a nível da requalificação da zona industrial, não só no seu espaço exterior mas, também de apoio às empresas no âmbito do ranking e do desenvolvimento. -----

Formulo votos que haja uma continuidade, mas que não demore os tais 30 anos que demorou a fazer este troço. -----

Muito obrigado” -----

= **NUNO MIGUEL NEVES DOS PRAZERES** expôs o seguinte: “Cumprimento a todos -----

O investimento que está a ser feito na zona industrial e na zona envolvente ao cine-teatro de Ourém, julgo que são obras que todos nós percebemos serem extremamente necessárias e que, junto com a zona industrial, vem potenciar o investimento que será feito também em Fátima, na zona de ligação ao IC9. Penso que estas obras da zona industrial podem favorecer também a zona industrial de Vilar dos Prazeres, um polo importante que está subaproveitado fruto da crise de 2011 e agora, com a COVID, perdem-se mais de mil postos de trabalho. Julgo que é uma zona que devemos ter atenção.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

03.10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO CULTURAL E DESPORTIVO DO MUNICÍPIO DE OURÉM – VERSÃO FINAL. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 15039**, datado de **2020.03.04**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2019.03.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a apreciação e votação da proposta em epígrafe.

----- Foi ainda remetido um exemplar do texto do regulamento em análise, o qual foi reencaminhado a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 19 de agosto de 2019, a Câmara deliberou submeter o projeto de regulamento indicado em epígrafe a consulta pública,

pelo período de 30 dias, nos termos e para efeitos do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

Publicado na 2.ª Série – N.º 190, do **Diário da República**, no dia 03 de outubro de 2019, o referido projeto de regulamento esteve a consulta pública até ao dia 15 de novembro de 2019.

Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo acompanhado com a informação registada sob o n.º 12.706/2020, do **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, a anexar a versão final do referido regulamento, depois de analisadas as sugestões apresentadas durante o período de consulta pública.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ALEXANDRE MANUEL GASPAS FARIA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “O Regulamento de Apoio ao Associativismo tem sido uma ferramenta utilizadas pelos vários executivos municipais para apoiar, promover e dinamizar as associações culturais, desportivas e recreativas do nosso concelho. -----

Nunca nos cansámos de afirmar que uma das nossas maiores riquezas reside no património associativo do concelho, o que vem confirmar que a estratégia de apoiar estas entidades e agentes, por princípio, tem o nosso absoluto compromisso. -----

Não obstante disso, propusemos no nosso manifesto autárquico a revisão do regulamento de atribuição de subsídios porque nunca escondemos que este documento precisava urgentemente de uma nova abordagem, assente em critérios rigorosos e objetivos, fomentando uma atribuição transparente e tanto mais justa quanto possível. -----

Na proposta do novo Regulamento de Apoio ao Associativismo, o valor pecuniário a atribuir é calculado através de fórmula baseada na atribuição de pontos, em função de variáveis, como por exemplo, número de praticantes, número de modalidades, campeonatos que disputam, entre outros. Outro aspeto relevante deste Regulamento é a admissibilidade para a majoração de pontos, valorizando-se, por exemplo, o género feminino, os atletas portadores de deficiência ou as instituições que apostem em pessoal com a devida natureza formativa, como técnicos, formadores, treinadores, fisioterapeutas com a devida formação. -----

Por forma a manter a atualidade do Regulamento, o valor de cada ponto é anualmente fixado em deliberação do órgão executivo, o que vem trazer credibilidade e previsibilidade às instituições, que nesse momento conseguem saber, aproximadamente, o que irão receber face às suas condições e características nesse ano. -----

Sabendo que este apoio financeiro alcança as atividades regulares, a bancada do Partido Social Democrata acredita que este Regulamento também vem trazer mais autonomia às associações, dotando-as de mais recursos e de mais responsabilidade na sua gestão. -----

Julgamos ter dado mais um passo importante no mandato autárquico, não só por ver uma bandeira eleitoral cumprida, mas, sobretudo, por aplicarmos o princípio da igualdade de tratamento às associações e libertando este valioso instrumento da interpretação discricionária que, inevitavelmente, mais vezes respondia a objetivos e lógicas político-partidários do que aos fins para o qual foi efetivamente criado. -----

Estamos plenamente convictos que hoje se iniciou um renovado ciclo para o associativismo Oureense, com mais meios para desenvolverem as suas atividades e com mais responsabilidade na gestão dos seus próprios recursos.” -----

= **JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Gostaria de deixar aqui duas ou três notas. -----

Primeiro, aproveito a oportunidade de estarmos a debater um assunto relacionado com o associativismo para, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, deixar aqui um agradecimento e elogiar a generosidade e todo o voluntarismo dos homens e mulheres deste concelho, sem os quais, a cultura, o desporto, a cultura popular, as organizações de apoio social, não fariam aquele que é um trabalho fundamental. É importante que também se registre que, muitas vezes, substitui o próprio papel quer da administração central, quer da administração local. Por isso, aproveito esta oportunidade para agradecer toda essa generosidade da nossa comunidade e não é generosidade inconsequente. É com orgulho que sentimos que, quando os nossos grupos, ranchos folclóricos, bandas, etc, vão a outros concelhos ou fazem aqui espetáculos com intercâmbio ou equipas desportivas, que vão ganhando troféus, é com bastante orgulho que vemos que isso é o resultado consequente desse associativismo. E, quem está na Câmara Municipal, por incumbência de funções e de

competências, mais não tem do que dar as condições para que essa generosidade seja a mais indicada. Acho que as pessoas, mais do que generosidade, devem ter as condições necessárias para a exercer. -----

O senhor Presidente apresenta aqui um regulamento. Gostava que ficasse claro, não ficasse aquela ideia, para alguém mais distraído, que não havia um regulamento. Houve regulamentos. Os regulamentos têm todos a mesma matriz, têm critérios de análise, têm júris, têm atribuições e são enquadrados num orçamento disponível. -----

O senhor Presidente cometeu aqui uma infelicidade quando disse que agora iria ser aplicado o critério da igualdade, estando a admitir que, durante o seu mandato em que foi responsável por isso, esteve a cometer desigualdades. -----

Quanto ao assunto em concreto, gostava de deixar um alerta. Vou visitar a história para chamar a atenção de uma coisa. Compreendo a boa intenção de dizer não vamos fornecer transporte às coletividades em género, vamos dar dinheiro. Penso que o mesmo se aplicará no caso da utilização das salas onde se desenvolvem as atividades culturais. Gostava só de alertar aqui o senhor Presidente, e acredito no bom senso do executivo para eventualmente ainda mudar. Nós, em tempos passados, tínhamos um pouco esse problema. Havia a atribuição de subsídios e, recordo-me, que era uma coisa perfeitamente esquizofrénica. As associações recebiam dinheiro que depois servia para pagar o cineteatro para lá fazerem as suas atuações. Tudo isto, do ponto de vista da contabilidade, é uma coisa linear. Deixa de ser linear quando existe um hiato de tempo muito significativo que cria uma quebra de tesouraria nas coletividades, ou seja, a coletividade tem de pagar hoje, por exemplo, a utilização do cineteatro ou o transporte se o vai utilizar e vai receber da Câmara Municipal o subsídio, passados não sei quantos meses. Era a situação que existia e que levou a que outras medidas fossem tomadas. Por isso, deixava aqui estes alertas. -----

Porque achamos que estas instituições têm de ser apoiadas, vamos, independentemente, da necessidade de limar aqui alguns pormenores, não é por nós que vai deixar de ser aprovado o regulamento, vamos votar favoravelmente.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: “Gostaria de sublinhar o seguinte -----

Achamos que o regulamento vai no bom sentido. -----

Aparentemente haverá mais igualdade e responsabilidade, e isso agrada-nos. -----
Quanto à questão da transparência e objetividade queria levantar uma questão, é um mero contributo de natureza jurídica, e há aqui outros juristas igualmente qualificados, e tem a ver com o seguinte. O regulamento não define o sistema de pontos, deixa livre margem de arbitrariedade à Câmara Municipal para o fixar. Quanto a mim, isso viola o conteúdo essencial do regulamento, uma vez que a jurisprudência confirma a necessidade de que as deliberações da Câmara, à posteriori, do regulamento tenham o mínimo de elasticidade definido no regulamento. O regulamento define os critérios, mas não atribui a quantificação dos pontos, se vão de 0 a 5 ou de 0 a 20 ou de 0 a 50. -----

É um contributo, não levanto nenhuma questão para ponderar porque pode vir a pôr em causa a legalidade do regulamento, uma vez que o mesmo tem um erro de sistematização, mas isso é uma coisa que não vou comentar. -----

Contudo, tem este erro que é grave no meu entender, pois vi os regulamentos do distrito de Santarém, inclusive o de Leiria, e têm um sistema de pontos, mas os pontos, as balizas máximas e mínimas destes pontos estão definidas no regulamento, o que, o nosso não tem. Chamo a atenção para isso. É um contributo apenas, votarei a favor do regulamento, mas penso que ele está aqui inquinado por um aspeto que pode levantar dúvidas e oposições. -----

Se queremos mais igualdade, mais responsabilidade, e ela está exigida porque há sanções, na questão da transparência e objetividade, senão ficar no regulamento as balizas dos pontos, isto vai pôr em causa legalidade do regulamento. -----

Disse” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA** expôs o seguinte: “Este é um assunto que me é muito caro, como o senhor Presidente da Assembleia Municipal e o senhor Presidente da Câmara Municipal sabem. -----

Não pondo em causa o regulamento, e tirando aquilo que o colega António Gameiro acabou de referir, há um ponto que gostava que fosse redefinido pelo senhor Presidente da Câmara, e que para mim me parece essencial. -----

Do meu ponto de vista, teria de haver no regulamento e na pontuação uma majoração para os clubes, para as entidades, para as associações que fomentassem o desporto dos cidadãos

residentes no concelho de Ourém. Obviamente que a Câmara Municipal com estes subsídios acaba por estar a contribuir para que os clubes e associações se substituam na educação, na prática do desporto. -----

Do meu ponto de vista, a situação dos cidadãos do concelho de Ourém deveria ser majorada.”

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: -----

- Sublinhou a preocupação inerente à questão dos transportes, podendo as associações, se assim o entenderem, recorrer ao transporte da Câmara Municipal, sendo o valor associado a este serviço descontado na última tranche do subsídio. -----

- Disse que a Câmara Municipal procura ser o mais justa possível na atribuição de subsídios, tendo em conta a atividade de cada associação. -----

- Referiu que o regulamento remete para as normas que depois atribuem os pontos no âmbito da atribuição dos subsídios. Mais disse, são estas normas que vão explicitar o número de pontos por cada atividade que cada associação tem, o que será sempre decidido em sede de reunião camarária, todos os anos. -----

- Sublinhou a necessidade de incentivar para que haja mais atletas do concelho a praticar desporto, contudo, para haver competição há que recorrer a atletas de concelhos vizinhos. Mais disse, o regulamento não prevê esta distinção, mas prevê a quantidade de atletas, nomeadamente, nos escalões de competição, sendo atribuídos pontos consoante o número de atletas que estão inscritos na associação de futebol de Santarém, verificando-se assim alguma diferenciação entre as associações. -----

----- Solicitando palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO expôs o seguinte: “Nos termos da lei das autarquias locais quem tem poder regulamentar é a Assembleia Municipal que aprova o regulamento. -----

No regulamento não está a situação atual para os critérios e as normas que o senhor Presidente diz que vai aprovar em sede de reunião camarária são sob que figura jurídica? Um regulamento interno? Se for interno não se aplica a associações. Um Edital? Este não é legal, uma vez que não tem respaldo no sistema de pontuações que deveria estar no regulamento e não está. O senhor Presidente não tem competência regulamentar, não pode definir se é um

critério A, B ou C, atribuir pontos de 1, 5, 10 ou 15. Quem tem esse poder, nos termos da lei das autarquias locais é a Assembleia Municipal. Era isso a que me referi. -----

Das duas uma, ou as normas que a Câmara Municipal vai aprovar ficam numa situação de completa ilegalidade, não tendo respaldo no regulamento ou o senhor Presidente tem de me explicar como isto é possível. Falta dar um toque jurídico na norma do artigo 11.º. Acho que há aqui um trabalho jurídico a fazer e talvez fosse vantajoso fazê-lo o quanto antes.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o regulamento remete para a normas porque está ligado aos quadros competitivos atuais e quando há alteração do quadro competitivo, teríamos de rever o regulamento. Para evitar esta situação, foi entendimento remeter o regulamento para as normas de atribuição de subsídios. Mais disse, se em termos jurídicos esta questão puder ser melhor trabalhada, a Câmara Municipal disponibiliza-se para rever a situação e, se for o caso disso, esta matéria será novamente submetida a apreciação da Assembleia Municipal. -----

----- NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 32 VOTOS A FAVOR; 02 ABSTENÇÕES GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA – 34 PRESENCAS. -----

----- De seguida, apresentaram a respetiva declaração de voto, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA expôs o seguinte: “Abstenho-me, em nome individual, tendo em conta a minha pergunta e a minha visão do que é o associativismo.”

= ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO expôs o seguinte: “Em razão da resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal que disse que optaram por uma técnica, mas que não tem a certeza que seja legal, abstenho-me nesta votação.” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

03.11 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROJETO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OURÉM – VERSÃO FINAL. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 14876**, datado de **2020.03.04**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.03.02, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta da proposta em epígrafe, nos termos do artigo 90.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. -----

----- Foi ainda remetido um link de acesso ao citado documento, o qual foi previamente dado a conhecer a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 06 de maio de 2019, a Câmara deliberou concordar com a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Ourém e submetê-la a discussão pública, pelo período de 30 dias, conforme prescreve o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, no seu artigo 89.º, n.º 2. -----

Publicado na 2.ª Série, n.º 118, do **Diário da República**, no dia 24 de junho de 2019 (Aviso n.º 10428/2019), a proposta de revisão do referido plano esteve em discussão pública até ao dia 12 de agosto de 2019. -----

Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, acompanhado com a informação registada sob o n.º 9744/2020, do **Chefe do Serviço de Planeamento do Território**, a anexar a versão final da referida revisão do Plano Diretor Municipal de Ourém, depois de analisadas as sugestões/participações recolhidas no período de discussão pública. -----

A fim de prestar esclarecimentos sobre a matéria em apreciação, o **Senhor Presidente** solicitou a presença na sala do Chefe do Serviço de Planeamento do Território, que efetuou um breve resumo das participações apresentadas, num total de 765, bem como das principais alterações registadas no presente documento. -----

(Aprovado em minuta)” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “A propósito deste ponto, gostaria de vos dizer que ponderámos, em diferentes momentos, a sua discussão neste momento, atendendo à importância daquilo que está em causa, porque o Plano Diretor Municipal, o principal instrumento estratégico do ordenamento do território que rege o nosso Município, que interliga com os diferentes planos acima dele, o Plano Regional e o Plano Nacional, que está sujeito a diferentes planos de estratégia nacional,

quer da REN, quer da Agricultura, tendo em conta as empresas, a vida das pessoas, as infraestruturas, as vias rodoviárias e ferroviárias. O Plano que está em vigor foi aprovado em julho 2002, 18 anos depois estamos aqui, num momento importante, não para o apreciar no sentido de lhe provocar algumas alterações, não é isso. Para terem uma ideia, a decisão de iniciar a revisão que hoje estamos aqui a apreciar e vamos votar, foi tomada em 2006, e hoje, 14 anos depois, estamos aqui, num momento chave e importante porque um PDM, na sua essência, ao fim dos tais 18 anos, teve as suas lacunas, deficiências, as suas necessidades de ajustamento. -----

Como disse, ponderámos em comissão de líderes, atendendo à importância deste ponto, que de facto nem sempre é pacífico porque tem de tomar decisões relativamente à legitimidade de algumas matérias. Dar legitimidade, dar ou retirar direitos às pessoas. -----

Atendendo a estas matérias e às circunstâncias em que vivemos, ponderámos se o devíamos fazer. Pensámos fazê-lo em março, o executivo municipal tinha solicitado a sua discussão e estava agendado para março. Não o fizemos pelas razões que já hoje explicámos. -----

Fomos tentando entender o momento em que passámos do estado de emergência para o estado de calamidade, o que é que poderia ser diferente e o que é que poderemos esperar da COVID-19. De facto, aquilo que hoje sabemos, é que a COVID-19 não está para terminar nos próximos tempos. O Primeiro Ministro de Portugal assumiu perante os portugueses que, nos próximos tempos não iríamos aliviar as nossas regras de conduta, de higiene, de contacto, de relações interpessoais, de viver em sociedade. Portanto, o que estava aqui em causa era adiar este procedimento por tempo indeterminado. Dirão alguns, em 18 anos talvez pudéssemos esperar mais 18 dias, 18 semanas, 18 meses. Eu acho que não. Acho que depois do grande esforço que foi feito pelo executivo de tentar rapidamente ajustar a realidade de trazer este PDM que, confesso, não é o PDM perfeito, na minha opinião. Também a perfeição, é o patamar que tentamos buscar, mas que temos sempre muita dificuldade em alcançar. -----

Alertamos as pessoas para que pudessem participar, tirar dúvidas, mas recorde, este instrumento esteve em discussão durante o tempo legal para esse efeito em que as pessoas puderam reclamar. Sei que todas essas pretensões foram, ou contempladas ou, pelo menos, atendidas no sentido de se ver se eram viáveis ou não. Este é o momento onde podemos fazer

a avaliação política ou técnica, no dia de hoje, a Assembleia Municipal ou aprova ou não aprova. É o momento de fazer um juízo e cada um fará a sua avaliação. Ponderou-se a decisão de trazer aqui esta matéria e houve um ponto determinante, foi suscitado até pelo grupo municipal do Partido Socialista, foi saber o que justificaria para que não adiássemos mais esta matéria, o senhor Presidente da Câmara ficou de trazer um conjunto de registos que justificam a emergência desta decisão foram mais de noventa pretensões que estavam paradas na divisão de Ordenamento do Território que foram feitas cumprindo o novo PDM. Acho que atendendo às circunstâncias que estamos a atravessar cabe-nos a nós, enquanto responsáveis políticos e dentro do quadro das competências que para fazer o que estamos a fazer hoje, mas cabe-nos a nós o sentido de responsabilidade de, pelo menos, noventa processos não os deixar parados. Temos a obrigação moral e intelectual e política de não travar o desenvolvimento do nosso concelho e tentar impulsionar o mais que pudermos a nossa economia, a nossa atividade, a vida das pessoas. -----

Dou-vos um exemplo. Chegou à Assembleia da República por diferentes forças políticas, críticas sobre um processo que dura há demasiado tempo, que é a questão do canil municipal. Hoje os canídeos, largas centenas de animais que são capturados no concelho de Ourém, nomeadamente na Freguesia de Fátima, esses animais são depositados depois em condições deploráveis, degradantes, estando assim há décadas no concelho de Ourém. -----

O Município de Ourém tem um projeto pronto, capaz de avançar com o canil municipal, mas não o pode fazer porque não tem Plano Diretor Municipal aprovado, porque o local onde se destina não prevê construção. -----

Este é um pequeno exemplo de algumas das mais de noventa pretensões que vos disse que existem e que todos os membros da Assembleia Municipal tiveram conhecimento. -----

Hoje, é um momento histórico na vida desta Assembleia Municipal porque 18 anos depois estamos na segunda geração, talvez o devêssemos ter feito há muito tempo, é uma opinião pessoal. Mas, estamos a fazê-lo hoje. Se são as condições que gostaríamos de ter. Não. Possivelmente hoje teríamos a sala repleta de gente que vinha reivindicar, protestar. Temos um conjunto de inscrições, pois não queremos cortar o direito à liberdade de expressão. -----

O que estamos a fazer hoje é o culminar de um longo percurso e que, hoje, termina como já disse, é o ajuizar político e técnico e não de contribuições de alterações que já não são possíveis de se fazerem. Não é a condição ideal, mas é a possível e não podemos adiar mais esta questão, por isso vamos discutir este ponto.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhores Deputados, -----

Senhores Vereadores, -----

Caros Ourienses, -----

Antes de tudo, quero reiterar a minha satisfação pelas diligências feitas para que a Assembleia Municipal se pudesse realizar, nesta data, mesmo com as contingências associadas à COVID 19, de todos conhecidas. -----

É, pois, uma grande honra para todos nós, apresentar o projeto de revisão do Plano Diretor Municipal, depois de apreciado pela Câmara Municipal, no passado dia 02 de março. -----

Poucos temas são tão preponderantes e fundamentais para o desenvolvimento sustentado de um Concelho, como o ordenamento do território. -----

Exige-se um modelo de desenvolvimento territorial, que responda, hoje, às necessidades das futuras gerações, alicerçado no âmbito mais vasto do crescimento sustentável e do emprego, sabendo aproveitar os nossos talentos, competências e os nossos recursos naturais e as infraestruturas. -----

Temos por isso, e esse foi o nosso desiderato, de estabelecer para o nosso território, opções estáveis, que criem condições para o investimento, para a competitividade e coesão, prossequindo, como desígnio último, o proporcionar qualidade de vida a quem vive no NOSSO concelho. -----

Dito isto, decorridos que estão quase dezoito anos, sobre a aprovação do PDM de Ourém – Assembleia Municipal, na sessão de 24 de julho de 2002, momento em que o Concelho estabeleceu, pela primeira vez, as regras de ocupação, uso, e transformação do seu território, é sujeito a Vossa decisão a PRIMEIRA *revisão* deste Plano. -----

TODOS os presentes reconhecem que o processo de *revisão* de um Plano com o alcance, a profundidade, os efeitos que transporta para os proprietários dos solos, assim como a pluralidade dos interesses envolvidos na preparação da proposta de Plano, é complexo (concertação/negociação com 34 entidades externas), que exige cadência/acompanhamento nos trabalhos, meios técnicos e capacidades pessoais, sob pena da sua elaboração se arrastar no tempo; e com isso a oportunidade e mérito das suas opções/ações. -----

Foi com esta preocupação, que desde o início do nosso Mandato, assumimos como de importância capital/de prioridade máxima, a conclusão da revisão do Plano – iniciada por deliberação da Câmara Municipal de 22 de maio de 2006, ou seja, há 14 anos. -----

Neste compromisso, a par da imperatividade de preparar um ambiente favorável à captação de investimento, e com isso promover o desenvolvimento socioeconómico do NOSSO Concelho, fruto das alterações legislativas introduzidas em matéria de ordenamento do território e urbanismo em 2014 (Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo) e 2015 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), o solo urbanizável do PDM de Ourém teria necessariamente de ser ponderado à luz dos novos critérios, sob pena de ser suspensa (nestas áreas) qualquer nova edificação. Recordo que o Governo determina que o prazo de adaptação dos novos PDM, era em julho de 2020 e que foi agora suspenso até janeiro de 2021 por causa da COVID-19). -----

Ainda no domínio dos diplomas legais que limitaram e limitam as opções do Município, pelo alcance que atingem no desenvolvimento do regime de uso do solo, saliento a REN, a RAN e por último, fruto das profundas alterações de 2017 (na sequência da tragédia dos incêndios que assolou o nosso país) os condicionalismos à edificação no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios. -----

Chegados aqui, permitam-me realçar que neste capítulo da adequação do Plano às exigências legais, e, portanto, aos designados Planos de 3.^a geração, seremos o PRIMEIRO município da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e o QUARTO na Região de Lisboa e Vale do Tejo (Lourinhã, Vila Franca de Xira e Sintra) constituída por 52 concelhos, a concluir este processo. Constitui, por isso, um sinal claro da mobilização e empenho deste Executivo na conclusão deste processo. -----

Cabe aqui uma palavra de reconhecimento e agradecimento à Sra. Vereadora Isabel Costa, que no início deste mandato acompanhou o processo e ao Sr. Vice-Presidente Natálio Reis, que o concluiu. Sem o seu empenho, não estaríamos hoje aqui a discutir este assunto. -----

Sobre a discussão pública, depois da análise e ponderação às 765 participações rececionadas, e tolhidos na atuação/nas decisões pela legislação que se sobrepõem às competências da Câmara Municipal, em matéria de ordenamento do território, neste capítulo, referência para, a Reserva Ecológica Nacional, a Reserva Agrícola Nacional, Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo), o RJIGT ou os critérios para a classificação do solo vertidos no Decreto-Regulamentar n.º15/2015, foram acolhidas total ou parcialmente 343 (45%) participações, o que deve ser realizado, pois todas as participações foram analisadas ao pormenor, o que permitiu alcançar uma percentagem tão alta de sucesso nas reclamações apresentadas. -----

Ainda no capítulo da discussão pública, uma referência para a utilização de uma plataforma tecnológica inédita no registo das participações apresentadas pelos interessados. A par dos ganhos de tempo na análise e ponderação do teor das participações, aos cidadãos era proporcionada a vantagem de aceder à proposta em qualquer local e a qualquer hora, e sem se deslocarem presencialmente aos serviços da Câmara Municipal. -----

Esta iniciativa de apoio à discussão pública, assim como, o modo como foram apresentados os documentos que integram a proposta de Plano, foram elogiados e dados como referência a outros Municípios pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. A par da preparação desta plataforma informática de apoio à discussão pública, destaco a qualidade da informação técnica desenvolvida na proposta em diferentes temas. A este propósito, saliento o apoio, através da partilha de diversos documentos às Câmaras Municipais de Tomar, Santarém, Alcanena e Vila Nova de Gaia. -----

É, pois, motivo de regozijo, ver reconhecido por outras entidades públicas que participam na elaboração, acompanhamento dos instrumentos de gestão territorial, a excelência do nosso trabalho, nomeadamente dos nossos técnicos da Câmara Municipal e dos consultores externos – Eng.º José Lameiras, Doutora Fernanda Paula e Dra. Helda Mendes. -----

No que respeita à proposta de revisão, e de modo telegráfico, identifico os aspetos que considero mais marcantes: -----

i) a aplicação simultânea de parâmetros urbanístico de natureza qualitativa, que contribuem para a colmatação e densificação dos perímetros; -----

ii) rigor e articulação entre as opções propostas (rede de saneamento, de abastecimento de água, vias, aquisição de terrenos para equipamentos e espaços de atividades económicas) e os recursos financeiros respetivos – demonstração da sustentabilidade económica e financeira; -----

iii) os espaços de atividades económicas, a par do compromisso da execução das infraestruturas gerais, encontram-se sem quaisquer condicionante, nomeadamente REN ou RAN; -----

iv) enquadramento adequado da atividade de exploração de recursos geológicos, assumindo a Câmara Municipal um papel central e decisivo perante o interesse na intervenção em novas áreas; -----

v) Aumento do índice de construção nas categorias com capacidade edificatória; -----

vi) Aplicação, com pressupostos, de um regime de reintegração da legalidade de situações em desconformidade com o Plano; -----

vi) Valorização dos espaços verdes em meio urbano, numa lógica de continuidade e articulação com o solo rústico, como medida passiva de redução da vulnerabilidade a ondas de calor e de promoção das atividades de recreio e lazer; -----

vii) Promoção dos modos suaves de transporte; -----

viii) Os perímetros com capacidade edificatória, admitirem um potencial de 99 829 novos residentes. -----

Todavia, esta *revisão* do ordenamento do território no Concelho exigirá de TODOS, um esforço de adaptação, ajustamento às novas regras, e um acréscimo de responsabilidade dos intervenientes na gestão urbanística – particulares e Câmara Municipal. -----

Minhas Senhoras e Meus Senhores, -----

É certo, e é um fato que este PLANO tem um horizonte temporal de 10 anos, e que a sua estratégia/programa de execução é para CUMPRIR; fornecendo assim, segurança e

previsibilidade aos interessados. No entanto, um PLANO com esta dimensão NÃO É IMUNE às modificações que se revelem necessárias e, por isso, continuaremos atentos e sempre disponíveis para acomodar eventuais propostas de alterações, que vierem a ser apresentadas.

A terminar, que o Plano hoje sujeito a APROVAÇÃO, seja uma referência e um contributo para o desenvolvimento social e económico, e um fator de promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais do NOSSO Concelho. -----

Por tudo isto, submetemos o documento à vossa apreciação, esperando merecer da vossa parte a respetiva aprovação. -----

Muito Obrigado.” -----

----- Participaram, por videoconferência, o Chefe do Serviço de Planeamento do Território; a Chefe de Divisão de Urbanismo e do Território e o Eng.º José Lameiras, na qualidade de Consultor, procedendo a uma exposição técnica sobre a matéria em análise (documentação anexa ao processo) -----

----- Finda a exposição, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo o contributo dos participantes, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “As minhas primeiras palavras são de elogio com um conjunto de pessoas, não só as que estavam ali presentes, mas a equipa da Eng.ª Eugénia Lopes onde se juntou também um conjunto de pessoas que eu não vou agora estar a citar e que, no meio deste processo que ali foi referido como um processo de muitos anos, bateram este território todo, indo às freguesias, ouvindo as populações presencialmente, identificando e sinalizando um conjunto significativo de problemas que urgia resolver. -----

Tenho preparada uma declaração mais integrada relativamente a esta questão que não vou ler na integra. E, como disse o senhor Presidente da Assembleia, este é quase um exercício gratuito, não vamos alterar nada do que já foi definido, por isso, trata-se de uma avaliação política e do nosso sentido relativamente, por um lado ao comportamento daquilo que é da competência do município e, por outro, a salvaguarda do interesse das populações numa visão

holística, onde todos os setores tem a possibilidade de ter, quer os seus direitos garantidos, quer os seus direitos salvaguardados. -----

Por isso, nesta primeira fase, sublinho este registo que é importante. A Câmara Municipal, pela primeira vez, com equipe própria, recorrendo a especialistas, numa perspetiva que eu acho correta, com conhecedores do território, fez este trabalho que nós estamos hoje aqui a discutir.

Trata-se de um processo complexo. Penso que a maior parte das pessoas lá em casa que estão a assistir ou tiveram a oportunidade de participar na discussão pública, isto é uma linguagem tão técnica que o que sobra da espuma da discussão é se a pessoa pode ou não pode construir, que áreas é que podem ocupar, etc. -----

Eu não iria por aí, até porque não vale a pena. Mas da análise dos documentos e do processo em si, tenho duas questões para o senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Não se trata de argumentação política, é argumentação técnica perante as dúvidas que surgiram. -----

Este documento que foi aqui apresentado para aprovarmos tem de dar como garantido que as diversas entidades, as 24 ou 34 entidades tiveram de se pronunciar ou dar o seu parecer e, notei, para além de ver alguns pareceres que condicionavam determinadas opções, esse é um aspeto, saber se esses condicionamentos impostos ao parecer das entidades, podemos, de boa fé, dá-los como garantidos. -----

Outra questão, é se todas as entidades apresentaram formalmente o seu parecer, em tempo útil para esta votação. Recordo, como também já aqui foi sublinhado, começamos a discutir este assunto antes da pandemia, estava previsto para meados de março uma sessão onde isto seria discutido e, curiosamente, salvo erro, dos documentos que tive a oportunidade de consultar o processo e, em fevereiro 2020, regista-se que o Instituto Conservação Natureza quebrou a negociação, não me lembro agora dos termos exatos. A não ser o caso concreto da adequação ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, pressupus, para além deste plano, é necessário que o ICNF, tendo aqui um parque natural, a área da Rede Natura 2000 e outras áreas classificadas, se manifeste vinculativamente. -----

Não queria reduzir isto apenas ao ICNF, ou seja, todas as entidades formalizaram a aprovação para que nós, em consciência, possamos proceder aqui à votação, tendo a certeza que todos os tramites legais estão garantidos. -----

O segundo aspeto, agora de ordem política e processual. Gostaria de questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal que, estando eu numa qualidade dupla, enquanto membro da Assembleia Municipal, eu e outros colegas, fomos eleitos para representar esta Assembleia Municipal numa comissão municipal chamada Comissão de Planeamento Urbanístico, Ambiente, Ordenamento do Território e Florestas, à qual os meus colegas quiseram dar-me a honra de presidir. Estranho que nós tenhamos sido chamados para dar parecer relativamente a processos de declaração de interesse público municipal, processos de pedreiras e, o último sobre o PUF e, sobre este, diria eu, do ponto de vista concetual, é o mais importante dos planos municipais, justificar-se-ia nós termos sido formalmente ouvidos. Não nego que todos os membros da Assembleia Municipal foram convidados, no ano passado, para uma sessão no auditório, mas porque em situações concretas é formalizado o pedido de parecer a esta comissão que, penso que foi aqui votada e aprovada para isso, e neste caso concreto, que se justificaria de todo até para provar a utilidade da sua existência, esta não foi ouvida. Ou foi um esquecimento ou trata-se aqui de outra situação qualquer que não quiseram estar a dar-nos trabalho. -----

Ficam aqui estas duas questões. -----

Muito obrigado” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Exma. Mesa -----

Exma. Câmara -----

Caros colegas, -----

Oureenses -----

Sem diminuir os assuntos que integram hoje a reunião, queremos, pela importância que assume para o desenvolvimento do Concelho de Ourém, realçar a Revisão do Plano Diretor Municipal. -----

Estamos a viver um momento carregado de simbolismo e que vai marcar, certamente, este mandato autárquico. -----

Depois de aprovado já no distante ano de 2002, é apresentado hoje, pelo executivo também liderado pelo PSD, a revisão do PDM de Ourém. -----

Há dezoito anos, nesse mandato, também era membro desta Assembleia e pude constatar a enorme complexidade que é exigida a uma Câmara e aos seus técnicos, a elaboração de um documento deste âmbito. -----

Por isso, é com enorme satisfação que o PSD materializa hoje a realização de mais um compromisso assumido no nosso programa eleitoral: concluir a revisão do PDM. -----

A este propósito, permitam-me que elenque duas das datas mais relevantes deste processo:

- em outubro de 2016, é apresentado pela primeira vez à Comissão de Acompanhamento a proposta de Plano; -----

- em 02 de março de 2020, depois de terminada, a proposta de Plano e a discussão pública, bem como a concertação com as entidades externas, é apreciada pela Câmara Municipal a versão final do Plano; -----

Chegados aqui, três anos depois, o resultado deste esforço de concertação, envolvimento e dedicação do executivo camarário do PSD e CDS, permite-nos, assim, concluir um documento fundamental para o crescimento e desenvolvimento de Ourém. -----

A par disto, gostaria igualmente de evidenciar que Ourém entra nos lugares cimeiros no contexto nacional dos concelhos com um PDM estruturado e constituído de acordo com a disciplina consagrada na Lei de Bases gerais da política pública de solos e no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, que impõe aos Municípios a obrigação de conformação com esses diplomas até julho de 2020. -----

A este propósito, e conhecidas as consequências para a população interessada em promover edificações, não entendemos a posição do PS - expressa na reunião da Câmara Municipal de 02 de março último - em defender o adiamento da revisão de um Plano com a importância do PDM. -----

Na elaboração deste PDM, convém também fazer uma referência para as limitações impostas pela política florestal, depois dos graves incêndios de 2017. -----

É reconhecido por todos nós a grande área florestal que temos no nosso território e sua importância para o desenvolvimento social e económico. -----

Todavia, existe o reverso da moeda, as limitações legais impostas no contexto da política florestal, das quais destaco a impossibilidade de reclassificação de solo rústico em solo urbano em áreas ardidadas nos últimos 10 anos. Para dar uma ideia do impacto que esta medida tem entre nós, o incêndio de 2012 percorreu cerca de 65 km². -----

No entanto, este Plano não é perfeito nem está vedado a alterações. Neste sentido, iremos acompanhar a sua execução e, caso se revele oportuno, sugerir à Câmara Municipal, as respetivas alterações. -----

Termino, saudando o executivo camarário, técnicos e outras equipas externas pela coragem que tiveram em enfrentar um processo verdadeiramente colossal e que contribuirá para mudar o nosso concelho nos próximos anos. -----

Obrigado.” -----

= **MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS**, na qualidade de representante do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém -----

Exmos. Senhores Vereadores, -----

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----

Exmos. Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e demais autarcas, -----

Exmas. Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas -----

Exmos. Representantes das Associações Cívicas, Desportivas, Recreativas, Culturais e Empresariais, -----

Exmos. Senhores Funcionários, -----

Exmos. Convidados, -----

Exmos. Senhores representantes dos órgãos de comunicação social, -----

Minhas Senhoras, -----

Meus Senhores, -----

Hoje é um dia muito importante para Ourém e para os ourienses. -----

O Plano Director Municipal (PDM) é um instrumento fundamental para a gestão e ordenamento do nosso território, para a salvaguarda e preservação do património natural e construído e é um veículo de desenvolvimento sustentável para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos. - Dezoito anos volvidos sobre a aprovação do Plano Director Municipal de 2002, reconhecida a sua necessidade e conhecidos os imperativos legais para a sua revisão eis que é finalmente apresentado para aprovação o novo Plano Director Municipal. -----

Tendo presente que se tratava de uma promessa eleitoral que a ‘Coligação Ourém Sempre’ apresentou aos ourienses, a bancada municipal do CDS-PP orgulha-se de ver hoje ser trazido à apreciação e votação, em sede de Assembleia Municipal, a revisão do Plano Director Municipal, resultado de um trabalho árduo e de uma envolvimento técnico, no que poderá também ser visto como uma verdadeira parceria com os nossos munícipes. De facto, os ourienses foram ouvidos e as suas propostas e sugestões foram amplamente acolhidas. -----

Minhas Senhoras, -----

Meus Senhores -----

Vivemos hoje um novo contexto económico, social e cultural que exige um novo modelo de desenvolvimento do território, atento às novas dinâmicas e às novas tendências que configuram o território e determinam o futuro de uma sociedade responsável, comprometida em incluir, no progresso, todos que vivem, trabalham e visitam Ourém, num compromisso que também abrange – como não poderia deixar de ser – os jovens ourienses. -----

Valorizando os recursos endógenos e a autenticidade local e reconhecendo o valor acrescido dos sistemas naturais, o objetivo é o de promover um sector produtivo diversificado, inovador, gerador de emprego qualificado e promotor de uma sociedade mais justa. -----

O novo PDM de Ourém aposta na qualificação do solo urbano, total ou parcialmente urbanizado ou edificado, obedecendo a princípios de sustentabilidade que valorizam e contemplam a reabilitação, a regeneração urbana e a qualificação do espaço público. A este propósito, refira-se que o novo PDM classifica como solo urbano 11,4% do território, traduzindo uma redução face à classificação de 2002 de cerca de 1,4%. -----

A salvaguarda de valores patrimoniais e identitários, bem como a valorização da estrutura ecológica, são também instrumentos para atingir aqueles objetivos. Como o é a adopção de

soluções adequadas no que respeita à mobilidade e acessibilidade, no sentido de garantir, aos que aqui vivem, uma melhor qualidade de vida. -----

Na verdade, a qualidade de vida é determinante para a escolha do local para habitar e o PDM estabelece um conjunto de estratégias para fomentar a atractividade de viver em Ourém numa nova visão do território. -----

Nele se preveem planos de urbanização para as cidades de Ourém e Fátima assentes numa estrutura qualificada e integrada, que têm em conta as especificidades das cidades e que serão discutidos mais tarde. -----

Além disso, as normas do novo PDM apontam para a qualidade ambiental e paisagística. São propostas medidas capazes de capacitar o território para a adaptação às alterações climáticas, como por exemplo, o aumento (e manutenção) da florestação a fim de contribuir para uma mitigação das alterações climáticas. -----

O novo PDM apresenta ainda espaços para as atividades económicas, em que a nova classificação atende à realidade actual conferindo-lhe condições de qualificação. A área total destinada a espaços de atividades económicas corresponde a 504,5ha (337,8ha - áreas empresariais e 145,1ha - núcleos empresariais). Neste capítulo, resultado da política de execução e financiamento propostas para o horizonte do Plano, salienta-se a redução dos 398,1 ha apresentados para os 337,8 ha da versão final, resultado da discussão pública, o que se justifica pela preocupação de rentabilizar as infraestruturas existentes e direccionar os recursos disponíveis para novas infraestruturas. -----

Finalmente, o PDM não se alheia da vida cultural do concelho, que considera um elemento agregador das diversas comunidades e realidades locais, identificando e protegendo áreas de exploração arqueológica, em que o concelho de Ourém é fértil, e oferecendo protecção ao património cultural edificado. -----

Minhas Senhoras, -----

Meus Senhores, -----

O presente Plano não é evidentemente um fim em si mesmo. Diria, antes, que o novo Plano Director Municipal, como conjunto de opções políticas, é um novo recomeço. Estão, por isso, previstos mecanismos sistemáticos de garantia à concretização dos objetivos do Plano e à sua

execução, esperando o CDS que a programação e execução das políticas, dos projetos e programas, bem como a gestão do território e do espaço público, seja objecto de permanente acompanhamento, monitorização e atenta avaliação. Por parte de que tem a obrigação de o executar, mas também por parte dos seus beneficiários. É exactamente aqui que se consuma a parceria com os ourienses, encetada aquando da sua discussão pública. -----

Se do ponto de vista estritamente material, a aprovação deste documento vai permitir a realização de obras públicas e privadas cruciais para Ourém crescer à procura de uma nova prosperidade, do ponto de vista estratégico, este novo Plano Director Municipal de Ourém traduz as opções políticas e a visão de desenvolvimento de um território único, que a todos nos é querido pela sua diversidade territorial, populacional e cultural, conferindo-lhe um singular potencial de desenvolvimento. E tudo isto com um simples objectivo, que todos compreendem: que esse desenvolvimento preconizado se traduza numa melhor qualidade de vida de todos, numa economia mais inclusiva e promotora de uma sociedade mais justa, onde prevaleça a igualdade de oportunidades sem qualquer tipo de discriminação. Nesta medida, este novo Plano Director Municipal, mais do que um documento ou instrumento, é um alicerce, um dos principais alicerces para o futuro do concelho de Ourém e dos seus munícipes, os ourienses. Mas é um alicerce de um edifício cuja construção não termina aqui nem termina hoje! ----- Disse.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, na qualidade de representante de grupo municipal do MOVE, expôs o seguinte: “Relativamente ao PDM, estamos aqui, nesta fase, para votar ou a favor, ou contra ou optar pela abstenção. -----

O MOVE apresentou as suas sugestões na altura da discussão pública, não tendo agora mais nada a fazer a não ser apresentar aqui a declaração juntamente com a sua votação. -----

Gostaria de saber se, eventualmente, este plano for aprovado, quando é que entra em vigor, em concreto. -----

Quero apenas acrescentar também o seguinte. Relativamente ao que foi dito pelo membro José Alho não posso concordar com o que ele referiu. -----

Gostaria ainda de sublinhar que também faço parte da Comissão e que, realmente, não nos foi

pedida uma abordagem mais profunda sobre esta questão, mas isso já é um aparte, não tendo diretamente a ver com a questão. -----

Fico feliz por saber que, passados estes 18 anos, temos um PDM, bom ou mau, é o que temos.

Obrigada” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Fiquei sem perceber depois da intervenção do deputado Orlando Cavaco, se temos dois planos, um do PSD, outro do PSD-CDS. Acabei por não perceber. -----

Isto é uma matéria muito, mas muito técnica. As minhas dúvidas são da leitura que fiz do PDM. Parece-me que houve algumas entidades externas, nomeadamente, o ICNF e a CCDR Vale do Tejo que levantaram muitas dúvidas sobre o PDM, nomeadamente, quanto à questão das pedreiras. O ICNF diz claramente que *“não foram transpostas para o documento normas relativas às áreas de proteção como instalação e ampliação de explorações de massas minerais e que passa a permitir a exploração de recursos geológicos em áreas exteriores à área de categoria desses espaços”*. Por sua vez, a CCDR diz *“entendeu a Câmara Municipal de Ourém de propor um conjunto de novas exclusões à REN, verificando-se um acréscimo de espaço de exploração de recursos geológicos tendo em vista permitir dar resposta positiva a algumas destas participações”*. Parece-nos que um dos grandes problemas que tem vindo a ser, pelo menos neste mandato em que sou deputado municipal, pelo qual mais me tenho debatido é a questão de parte da população do concelho estar a ser altamente prejudicada a nível da sua qualidade de vida com a questão das pedreiras. Parece-nos que as coisas têm crescido e já foi alvo de aceso debate nesta Assembleia Municipal e parece-me que as coisas têm sido feitas de uma maneira com muita leviandade. Pelo que me pareceu da leitura, e volto a dizer que é um documento muito técnico e a apresentação também foi altamente técnica, como teve de ser, para especialistas. -----

A ideia que fico exatamente sobre este assunto é que vai continuar a ser possível que as áreas das pedreiras sejam aumentadas com muita facilidade, ou seja, fora do que está aqui no PDM, possam continuar a ser autorizadas. A minha pergunta é se isto não poderia ter ficado aqui limitado, para que as pessoas tivessem certezas, para que não houvesse esta questão que

muita da população ande assustada com isso. Se não poderia ter ficado logo limitado no PDM e não abrir exceções para não originar algumas das coisas que temos assistido, como algumas aprovações de processos especiais e coisas do género.” -----

= **CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Queria referir algumas situações para ficar como referência e reflexão. -----

24 de julho de 2002, há 18 anos, o PDM foi aprovado, já não respondia às necessidades da altura. O que verificamos foi que, em relação ao caso concreto de Seiça, foram 18 anos que não nos deixaram crescer, não nos deixaram desenvolver a nossa terra. -----

Por outro lado, tenho muita dificuldade em perceber o acordado a 22 de maio 2006, ou seja, 14 anos. Isto é demasiado tempo para um concelho estar pendente de uma negociação que termina hoje mas, termina mal porque há situações que continuam por solucionar. -----

À partida, congratulo-me e, do percurso que acompanhei da revisão do PDM, queria referir e valorizar o papel de grande qualidade dos técnicos do município e de quem os acompanhou no processo. -----

Há uma questão que é clara e que eu, várias vezes nesta Assembleia Municipal, já referi. Nós não podemos estar dependentes de um grupo de senhores que vêm de Lisboa, as tais 24 ou 34 entidades, que fazem o que querem e o que lhes apetece, impondo-nos regras que põem em causa o nosso desenvolvimento. Era aqui que eu queria referir que foi pena não terem envolvido as freguesias para irmos a Lisboa e obrigarmos esses senhores, nomeadamente, a CCDR a irem contra as nossas necessidades. Há uma questão que é clara. Já no primeiro PDM houve barbaridades que lá estão, nomeadamente, lugares na freguesia de Seiça, do século XV que estavam como área florestal, nem sequer estavam registadas e que tiveram 18 anos para serem regularizadas neste PDM. A nossa insatisfação, a nível da freguesia, é grande. -----

Por um lado, não há dúvida nenhuma, houve benefícios e houve vantagens. Tenho de referir a abertura que houve da equipa nesta última fase e que foi liderada pelo senhor Vice Presidente Natálio, a quem manifesto um agradecimento pela abertura. -----

É fundamental a aprovação deste projeto, deste PDM que peca por tardio. -----

Obrigado” -----
= **VIRGÍLIO ANTUNES DIAS**, na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Matas e Cercal, expôs o seguinte: “Aproveito a oportunidade para cumprimentar a todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da uma situação que me preocupa. Como sabe, senhor Presidente, nunca se consegue ter um plano ideal para todos, mas a União de Freguesias de Matas e Cercal fica muito abaixo das expetativas que foram criadas aquando do início da revisão do PDM. Pergunto, há alguma possibilidade da Câmara Municipal repor algumas situações, pois temos alguns lugares na freguesia que sofreram cortes, como por exemplo: Ninho de Águia, Vales, Fontes Santas, Cercal, Campina, Soalheira, Lavradio, entre outros. E temos um lugar como o Outeiro das Gameiras que viu a proposta alterada depois da discussão pública. Seria possível, futuramente, haver uma alteração para repor algumas situações destas? -----

É esta a pergunta que queria deixar ao senhor Presidente da Câmara Municipal” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: “Queria regozijar-me com esta revisão do PDM. -----

No sentido global, penso que é completamente esdrúxulo estar aqui a sacar mais valias, se foi este ou aquele que começou ou que acabou o processo. A verdade é que Lisboa e Vale do Tejo, a média de aprovação de revisões do PDM está nos 16 anos. Isto é totalmente criticável, censurável e não aceitável. Portanto, temos de fazer uma grande reflexão acerca do papel da CCDR e fazer também alguma pedagogia para que haja um consenso mais alargado de alterar a base legislativa da aprovação deste tipo de documentos porque não há nenhuma razão para isso. Isto é uma demonstração de um certo cutelo sobre o pescoço dos munícipes porque parece que os municípios estão aqui todos voluntariamente e a trabalhar para prejudicar a nossa terra, Não. Nós estamos todos aqui para ajudar a desenvolver a nossa terra. Cremos o melhor, de certeza, para aquilo que é o desenvolvimento. E o PDM é um plano fundamental para isso, mas é sobretudo da nossa responsabilidade porque somos nós que vamos ter de viver com ele e vamos ter de o desenvolver como o senhor Presidente da Câmara Municipal, muito bem, sublinhou. -----

Gostaria de dizer que há de facto aspetos que poderiam ser tidos em conta, que poderiam ser melhorados. Penso que a declaração dos senhores vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal, sendo uma declaração da oposição, ela é também contributos no sentido de sublinhar, sem uma critica a esta ou aquela, mas as opções que aqui ou ali não foram tão largas como deveriam ser. -----

A minha pergunta implícita ao senhor Presidente da Câmara Municipal é esta. Nós com este PDM vamos ter mais combate à desertificação das freguesias do interior do concelho, ter mais fixação de pessoas nessas freguesias, ou vamos com esta proposta dar razão ao Dr. David Catarino com a teoria do policentrismo e dos núcleos polivalentes que tinham quatro ou cinco núcleos que deveriam ter prédios e pessoas a viver no nosso território rural em prédios, em vez de puderem fazer as suas pequenas moradias junto às comunidades onde nasceram, trabalham, onde têm os seus mais entes queridos. -----

Esta é a minha pergunta porque é verdadeiramente e fundamental a pergunta de qualquer cidadão médio que, hoje, nos esteja a ouvir e que, depois deste debate, fique mais esclarecido e tire algum proveito deste debate. -----

Obrigado” -----

----- Solicitaram, mais uma vez, a palavra, os membros da Assembleia Municipal senhores:

= JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO expôs o seguinte: “Gostaria de dar um esclarecimento, provavelmente, não transmiti bem a minha mensagem. -----

A presença do senhor Vice Presidente responsável pela condução do processo na reunião de líderes de grupos municipais, nessa reunião de seis de março, não responde à questão de fundo que é a questão política. Para que serve uma comissão de Planeamento Urbanístico, Ambiente, Ordenamento do Território e Florestas se, naquele que é o principal documento orientador do território para o futuro e, como aqui foi sublinhado várias vezes por diversos intervenientes, tratar-se de um momento histórico, não fomos ouvidos. -----

Para além das 34 entidades que foram ouvidas haveria, obrigatoriamente, mais uma e essa até é do Município. Fomos eleitos pela Assembleia Municipal e, eu não sendo ouvido numa situação destes, penso que até deixa de existir razão para que esta comissão continue a ter existência política.” -----

= MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS expôs o seguinte: “Gostaria apenas de dizer que compreendo a posição do Dr. José Alho, mas entendo que estas comissões que foram criadas no âmbito da Assembleia Municipal existem, precisamente, para assuntos que não são de discussão pública, que não são sujeitas a consulta da Assembleia Municipal ou que não têm outras formas de se poder tratar estes temas. -----

Se nós, em sede da Assembleia Municipal, estamos todos e temos a oportunidade de nos pronunciarmos sobre o Plano Diretor Municipal, evidentemente, que não há, no meu ponto de vista, a necessidade da comissão respetiva especializada se pronunciar sobre esta matéria. ---

Percebo o ponto de vista, mas acho desnecessária nesta ocasião. -----

Não se perde a oportunidade da continuidade desta comissão para o futuro porque há outras matérias que, quase nunca são sujeitas a discussão específica e que essas comissões, que são criadas no âmbito da Assembleia Municipal, podem perfeitamente fazer face. -----

Percebo o ponto de vista, mas creio que, uma vez que a Assembleia Municipal reúne todos os deputados, vai pronunciar-se sobre esta e sobre qualquer uma dessas matérias.” -----

= JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Respeito obviamente o entendimento, mas é uma questão de coerência. Ouvem-nos formalmente sobre determinados aspetos que também podem ser aqui discutidos. -----

De realçar ainda outra coisa, a questão que eu estou aqui a levantar não é de hoje. Se forem ver ao processo que levou à aprovação em 2002, na altura eu já fazia parte dessa comissão de ambiente, houve uma auscultação e uma formalização. É para isso que as comissões servem.

Se fosse a palavra dos deputados, evitavam-se as comissões e, então, há que as extinguir.” ----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL esclareceu o seguinte: -----

- Referiu que é um documento muito técnico, dificultando assim a resposta aos menos entendidos nesta matéria. -----

- Disse que a Câmara Municipal entendeu consultar mais 10 entidades para além das 24 de carácter obrigatório, tendo todas elas apresentado o respetivo parecer. -----

- Referiu que, no dia 12 de fevereiro, houve uma reunião na sede do município entre representantes do município e do ICNF, onde se dissiparam as dúvidas que tinham surgido em reunião do dia 6 de fevereiro, tendo sido elaborada uma ata que poderá ser consultada. Em representação do município estiveram presentes: o Vice-Presidente Natálio Reis, o Chefe Serviço de Planeamento André Oliveira e o Técnico da Câmara Municipal David Pulquério. Em representação do ICNF estiveram: a Eng.^a Ana Lúcia Freire, Técnica Dulce Vales e o Técnico Luís Ferreira. -----

- Referiu que, no processo de licenciamento das pedreiras, os órgãos do município terão um poder acrescido em relação ao que se verifica até agora, o que, conforme disse, é uma evolução muito positiva que pode defender mais as populações. -----

- Reiterou que este plano não é perfeito e não vai ao encontro das expectativas de todas as pessoas, contudo, houve todo um esforço para acomodar a maior parte das pretensões apresentadas. -----

----- NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 21 VOTOS A FAVOR; 13 ABSTENÇÕES: 11 GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA, 02 VOTOS GRUPO MUNICIPAL DO MOVE – 34 PRESENCAS. -----

----- De seguida, apresentaram a respetiva declaração de voto os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “A proposta de revisão do PDM que analisamos e sobre a qual vamos deliberar é um instrumento da maior importância para o nosso futuro coletivo. -----

Se fosse o Partido Socialista a gerir o município de Ourém a deliberação sobre o PDM não se faria nestas condições de difícil acesso à participação dos cidadãos. -----

Este processo decorre há mais de uma década o que é bem demonstrativo da sua complexidade e justifica uma cuidada análise e ponderação, pois vincula o município, as organizações públicas e privadas e os cidadãos num horizonte temporal alargado por imperativo legal. -----

Hoje temos a responsabilidade de deliberar sobre um Instrumento de Gestão Territorial cuja condução da sua revisão atravessou diversos executivos e por isso quero relevar vários aspetos de grande importância que são contributo diferenciador da ação do Partido Socialista concretizados a partir de momento em que assumiu a liderança da Câmara Municipal em 2009:

1- Revogar uma panóplia de planos diversos com procedimentos em aberto sorvendo recursos públicos em consultorias e também os recursos de cidadãos e empresas envolvidos em contratos para darem sequência à sua vontade empreendedora. -----

2- Adotar uma estratégia de recrutamento para fortalecer a capacitação técnica que permitisse desenvolver os diversos Instrumentos de Gestão Territorial com recursos internos, mais próximos do terreno e das pessoas, recorrendo apenas de modo complementar a apoio técnico especializado externo e em simultâneo mobilizar para o envolvimento dos diversos serviços sobretudo na fase de caracterização e no diagnóstico dos principais estrangimentos.

3- Integrar no mesmo serviço o Sistema de Informação Geográfica e o Ordenamento do Território num registo inovador e potenciador de maior eficácia. -----

4- Desenvolver todos os procedimentos de alteração disponíveis no nosso ordenamento jurídico para resolver imbróglis que comprometiam a economia, o emprego e direitos de qualidade de vida e igualdade de oportunidades aos cidadãos a título individual e coletivo com apoio técnico externo de excelência. -----

5- Entregar relatório circunstanciado aos diferentes níveis da Administração Pública e aos membros dos Governos com esta tutela nesse período na tentativa de os envolver e sensibilizar para a celeridade urgente de resolução eficaz de tantos problemas e desconformidades existentes no território em termos de ordenamento do território e de urbanismo com importância para os indivíduos, empresas e comunidade. -----

6- Desenvolver um processo de diagnóstico com sessões públicas abertas a todos os cidadãos, em todas as freguesias do concelho, e manter as portas abertas à informação pretendida por qualquer cidadão relativamente a este processo em clara rutura com as metodologias de opacidade do passado -----

7- Sustentar o processo de revisão na legitimidade do plano estratégico apresentado e sufragado pelos eleitores nas eleições de 2009. -----

Estes pressupostos são clara marca socialista no plano das opções políticas e da relação com os cidadãos que muito nos orgulham e merece que se reconheça o empenho e envolvimento de muitas entidades, cidadãos e funcionários do universo do município. -----

Apesar deste processo sobre o qual deliberamos ter estado em discussão pública como obriga a lei e ter os necessários pareceres das entidades obrigatórias não mereceu do ponto de vista efetivo e útil o envolvimento dos diferentes níveis do poder local democrático, nomeadamente os que integramos: esta Assembleia Municipal. -----

Tivemos uma pequena sessão de apresentação no auditório municipal em 6 de Maio de 2019 antes de abrir a obrigatória discussão pública onde fomos informados do Conteúdo documental do PDM (art. 97.º RJIGT) que consta de: Regulamento; Planta de ordenamento— representa o modelo de organização espacial do território municipal; Planta de condicionantes— identifica as servidões administrativas e restrições de utilidade pública, acompanhados por: Relatório; Relatório ambiental; Programa de execução; Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica /financeira. -----

Também tivemos uma abordagem genérica e sintética sobre o processo que nos mereceu alguns comentários e sugestões acreditando que estávamos a iniciar um processo interativo de diálogo construtivo e democrático. -----

Retivemos dessa sessão que num setor que tanto incomoda as populações o caso concreto das pedreiras se referia que no PDM em vigor existia um total: de 559ha com a seguinte distribuição: -181ha existente e 378ha proposto e que na atual versão de revisão seria essa área reduzida para um total de 291ha propostos. -----

Estes são dados curiosos quando confrontados com o atual relatório final onde no ponto -----
3.10 - Espaços de exploração de recursos geológicos (Artigo 25.º, n.ºs 3,4,5 e 6 e do aditamento do n.º 4 do Artigo 59.º) se diz o seguinte: -----

Passam a permitir-se explorações de recursos geológicos em área exteriores à respetiva categoria de espaços, em solo rústico (exceto em espaços naturais e paisagísticos), sujeita à elaboração de PIER, sendo definidos alguns critérios para as novas explorações e ampliação das existentes. Considerando os princípios elencados e o facto de as novas explorações se encontrarem sujeitas a PP(PPIER), onde se assegurará a avaliação dos seus impactes e a

compatibilidade com outros IGT e condicionantes legais, entende-se que as novas explorações e a ampliação das existentes serão resultado de uma concertação e ponderação dos interesses em presença. -----

Isto não é para nós aceitável nem se compreende pelo histórico com que nos confrontamos na zona de Casal Farto, Maxieira, Boleiros, e arredores e tem sido objeto de aceso debate nesta Assembleia. -----

Terão a nossa veemente oposição às intenções de descontrolo nesta gestão aqui facilitada. ----
Senhor Presidente e senhores vereadores que fique claro que não aceitamos essa caixa de Pandora....não queremos a nossa paisagem, os nossos recursos hídricos a biodiversidade a agricultura a saúde e qualidade de vida das nossas comunidades hipotecados para lucro de uns quantos, privatizando as mais valias e externalizando os custos ambientais e de saúde pública ,numa atitude que não se aceita nos tempos que vivemos onde a sustentabilidade tem um instrumento de compromisso orientador das Nações Unidas na Agenda 2030. -----

Até o Papa Francisco ilustre peregrino na nossa terra refuta essas atitudes e conceitos do passado na sua encíclica “Laudato Si” e pouco alinhados com um destino turístico-religiosos da dimensão de Fátima. -----

É curioso verificar também a origem dos promotores que na sua maioria abandonaram esta atividade no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros talvez por estarem sujeitos a um outro tipo de respeito pelas regras ambientais e pelas comunidades residentes. -----

Entrando no documento que é proposto consideramos distorcer a visão estratégica de desenvolvimento que em coerência com os diagnósticos tem de ir ao encontro da fixação das pessoas no concelho, na tentativa de inverter o processo de perda populacional instalada. -----

Não pode baixar a ambição e dimensão das propostas que existiam para as áreas de localização empresarial tirando máximo partido da ligação ao IC9. -----

Escandalosa a revisão em baixa da área empresarial proposta para a Gondemaria na ligação privilegiada ao IC9 e à classificação do PDM adjacente do município de Leiria. -----

Consideramos que não é dada uma resposta conducente a uma eficaz e imperiosa articulação com os diversos níveis dos Instrumentos de Gestão Territorial, como os Planos de Urbanização das 2 cidades. -----

Perde-se uma oportunidade para a necessária articulação intermunicipal, quer na relação com a sub-região de Leiria, mas também do Médio Tejo. -----

Apesar do que se tenta transmitir ficam por resolver alguns imbróglis que certamente ressuscitarão nesta Assembleia num qualquer pedido de interesse publico municipal como os casos da indústria extrativa e outras situações empresariais e domésticas. -----

Nesta Assembleia Municipal existe uma Comissão de Planeamento Urbanismo, Ordenamento do Território e Defesa da Floresta a quem é solicitado o seu parecer pela Câmara Municipal e que é convocada pelo Presidente da Assembleia. -----

Foi proposta pelo Presidente desta AMO e aprovada por unanimidade. -----

A esta Comissão foram requeridos pareceres sobre inúmeros pequenos processos no âmbito da regularização de atividades produtivas como as pedreiras, e recentemente sobre o Plano de Urbanização de Fátima. -----

Acreditem senhores Presidentes da Câmara e da Assembleia que aguardávamos com forte expetativa que o processo de revisão do PDM fosse aquele que ai merecesse uma maior interação pois ai reside o fundamental da missão desta Comissão. No mínimo um pedido de parecer -----

Mas não. Fomos formal e institucionalmente ignorados, -----

Concluimos que neste caso não mereceu o respeito exigido. -----

O Presidente desta Assembleia que a propôs, -----

Os membros desta Assembleia que a aprovaram. -----

E todos os membros que a constituem e que pelos vistos têm uma funcionalidade e utilidade oscilante em função dos interesses ou estados de alma dos senhores da terra. -----

Lamentável. -----

Lamentável e não expurgável em mais umas edições de propagada em papel couché. -----

Enquanto Presidente dessa Comissão o meu voto, o do grupo municipal do Partido Socialista que me indicou e os membros dessa Comissão que me elegeram devem retirar ilações políticas do desrespeito com que a sua legitimidade e missão foram ignoradas. -----

Se não fosse só aparência e este município funcionasse com a seriedade que o nosso nível de responsabilidade exige enquanto representantes do povo teríamos certamente tempo para aqui

debater com densidade o nosso futuro coletivo enquanto território depois dum processo sujeito a consulta publica e não seriamos confrontados com um documento fechado e nós remetidos ao papel de meros atores que o devemos aprovar. -----

O Partido Socialista considera não estarem reunidas condições para votar favoravelmente este assunto, e por isso vamos optar pela ABSTENÇÃO. -----

Para finalizar queremos que fique registado que aceitamos votar o documento da revisão do PDM de Ourém no pressuposto de que estão garantidas pelo executivo municipal todas as condicionantes legais exigidas e respeitados os pareceres obrigatórios de todas entidades competentes para o procedimento em apreço.” -----

= CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “esta é uma declaração de voto pela abstenção. -----

Este Plano Diretor Municipal apresenta melhorias significativas face ao anterior que bloqueou o desenvolvimento da Freguesia de Seiça em mais de uma década. Tínhamos muitas esperanças e expectativas que este PDM fosse corrigido das injustiças praticadas. -----

O início da sua revisão foi promotor. Existiu a participação massiva da população e tínhamos muitas expectativas. -----

Foi com surpresa que, posteriormente, fomos confrontados com situações que colocaram em causa toda a estratégia defendida para o desenvolvimento da Freguesia de Seiça. Não fomos ouvidos nem informados em tempo oportuno. Não podem ser os gabinetes de Lisboa a ditar as suas leis sem conhecer a realidade local. Apresentamos várias reclamações e algumas foram contempladas, felizmente. -----

Este PDM vai penalizar a revitalização da zona central da Freguesia, não permitindo uma efetiva ligação do Pombalinho e das Serradas, inviabilizando assim potenciar um núcleo central da Freguesia conforme tínhamos definido estrategicamente, continuando assim a Freguesia de Seiça a ser a única, no concelho de Ourém, em que a sua sede tem pouca expressão habitacional e que é urgente solucionar. -----

O executivo da Junta de Freguesia, a que presido, teria toda a disponibilidade para aprovar este PDM, mas, face a diversas situações encontradas, ficou a impossibilidade de o fazer. Formula votos para que a próxima revisão seja breve.” -----

= FERNANDO DE OLIVEIRA FERREIRA, na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Gondemaria e Olival, expôs o seguinte: “Cumprimento a todos -----
Abstive-me na votação do Plano Diretor Municipal -----
Reconheço que não foi um processo fácil. Considero que este Plano Diretor Municipal não sirva os objetivos quer dos fregueses, quer das freguesias porque algumas ou quase todas as reclamações que foram apresentadas não tiveram aprovação. -----
Considero também que as freguesias mais rurais, e este lado de Olival, Gondemaria, Espite, Urqueira, toda esta zona, penso que não foi bem tratada neste PDM -----
Agradeço o esforço da Câmara Municipal para poder fazer o alargamento do cemitério de Gondemaria, penso que é um dado positivo. -----
Reconheço que também não é fácil, mas poderia, com certeza, ser mais favorável para todos nós. -----
Obrigado” -----

= HELENA SANTOS PEREIRA, na qualidade de representante de grupo municipal do MOVE, expôs o seguinte: “O PDM, face às características e recursos endógenos do seu território, deve refletir uma estratégia sustentável e viável que, visando o ordenamento e a ocupação do solo, possibilite o seu desenvolvimento social, económico e infraestrutural. -----
Deve, ainda, promover estratégias que apoiem e estimulem o empreendedorismo e cimentem a identidade cultural das localidades que abrange. -----
Dentro desta estratégia, o MOVE – Movimento Independente identificou, - à Câmara Municipal -, os eixos estratégicos que considerava importantes para o desenvolvimento do concelho. Foram eles: o Turismo, a Religiosidade, o Ambiente, a Ruralidade, a Patrimonialidade, a Educação, os Serviços, a Agricultura e Floresta e o Comércio e a Indústria. -----
Relativamente ao Turismo, o MOVE - Movimento Independente propôs a criação de corredores que incrementassem a biodiversidade e, ainda, que se reaproveitassem os espaços, - já existentes -, referentes ao lazer, à cultura e ao património. Propôs, ainda, a criação de outros centros de interesses que diversifiquem e ampliem a oferta ao turista/peregrino que afluí ao concelho e, nomeadamente, a Fátima. -----

Relativamente ao ensino, propusemos o reajustamento dos parques escolares em vigor, no nosso Concelho,... propusemos a criação, em Fátima, do ensino público ao nível do preparatório e secundário e avançámos, ainda, com a necessidade da existência de um polo universitário de estudos humanísticos e teológicos, reaproveitando-se edificações devolutas e tirando-se proveito das potencialidades e da universalidade de Fátima. -----

Alertámos, também, para a necessidade de um espaço do ensino superior, noutra local do Concelho, relativo ao ensino técnico-profissional e de hotelaria e turismo assente na reputação das Escolas Profissionais e de Hotelaria e Turismo. -----

-Dando realce aos aspetos mais marcantes desta proposta de Plano Diretor Municipal, agora em apreço, verificámos que as propostas do MOVE, para estes e outros eixos de desenvolvimento, não foram, sobejamente, consideradas. Deteta-se, ainda, um desrespeito pelo uso atual de determinados espaços de lazer - já existentes e em funcionamento - que deixam de constar como tal, no atual PDM. -----

Depreende-se que, ao nível dos Parques Industriais não houve uma visão estruturante ao nível do Município e, no que às Pedreiras concerne, continua a não se salvaguardar o ambiente nem a saúde das populações vizinhas. Infelizmente, neste PDM, em todas as freguesias, essencialmente nas do interior e, nomeadamente, nas suas Sedes, há espaços/terrenos com definição e aptidão para serem urbanizáveis que deixaram de ser edificáveis ou perderam a capacidade de edificação o que, não só prejudica as ambições familiares e das populações (deixando as mais pobres) como, também, não contribui para a regeneração dos aglomerados.

Por fim, no relatório final do documento, em apreço, há Organismos Nacionais, - com interferência na sua execução -, que alertaram (e alertam), persistentemente, para a necessidade de se corrigirem situações, - facto que não foi verificado -, que permitiriam uma melhor e mais eficiente gestão do território municipal. -----

Face ao transcrito, o MOVE – Movimento Independente, abstêm-se, nesta votação com a presente declaração de Voto.” -----

= VIRGÍLIO ANTUNES DIAS, na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Matas e Cercal, expôs o seguinte: “Votei a favor, mas queria salvaguarda a importância do plano para o concelho e tendo em conta a possibilidade de fazer as atenções que sugeri anteriormente.” --

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

03.12 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou de que tinham sido registados alguns pedidos de intervenção, por parte do público, tendo-se registado, por videoconferência, as seguintes intervenções: -----

----- RUI SANTOS, em nome da Comissão de Acompanhamento à Revisão do PDM de Ourém, expôs o seguinte: “Declaração Manifesto -----

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara e seus Vereadores -----

Exmos. Srs. Deputados Municipais, -----

Comunicação Social -----

Minhas senhoras e meus senhores -----

No dia 19 de Julho de 2019, numa sessão extraordinária temática com o tema: “Análise da Revisão do PDM de Ourém – Reflexos (positivos e negativos) na Freguesia de Urqueira e respetivas conclusões”, solicitada pela Mesa da Assembleia de Freguesia de Urqueira, foi constituída uma Comissão de Acompanhamento à Revisão do PDM de Ourém. -----

Esta comissão reuniu com o executivo camarário, para perceber quais eram as principais condicionantes e os critérios que deram origem à proposta de Revisão do PDM. -----

Tendo por base os esclarecimentos dados, esta Comissão apresentou 5 reclamações à Proposta de Revisão do PDM, todas elas dentro da sede de Freguesia, - voltamos a frisar -, dentro da sede de Freguesia. -----

Estas reclamações consistiam sobretudo em repor as zonas onde se podia construir, visto que estão a emergir construções novas nestes locais e que um dos critérios enumerados pelo Executivo Camarário era consolidar as sedes de Freguesia em detrimento dos outros lugares, visto que se pretende dotar todas as sedes de Freguesia com Saneamento. -----

Analisando o resultado às reclamações, esta Comissão conclui que, o principal critério para retirar as zonas de construção, terá sido, por serem zonas atingidas pelos incêndios. -----

Perguntamos: -----

- Porque é que se pode construir em algumas zonas da Freguesia que arderam, e que também estão classificadas na carta do ICNF com perigosidade elevada, e na sede de Freguesia, não?
- Querem deixar rastilhos de pólvora que entram para dentro da sede de Freguesia com que intuito? -----
- Qual a razão de “retirarem” do mapa um núcleo de habitações consolidado, com dezenas de anos e com algumas construções recentes, localizado na sede de Freguesia? -----

Saliente-se que esta zona não foi abrangida pelos incêndios. -----

- Qual o motivo por que não estão identificadas no PDM as zonas de lazer da Freguesia? -----
- Onde estão os investimentos para a Freguesia de Urqueira no plano estratégico referente à proposta de revisão do PDM? -----

Urqueirenses, esta Revisão do PDM que foi aprovada, vem mostrar que é mais do mesmo e que fomos uma vez mais esquecidos. -----

Basta verificar o que está atualmente a acontecer no concelho: “estão a decorrer investimentos de milhões de euros por todas as Freguesias, exceto na Freguesia de Urqueira”. -----

Urqueira, 13 de Maio de 2020 -----

A Comissão de Acompanhamento à Revisão do PDM -----

Rui Curvelo (PSD) -----

José Nascimento (PSD) -----

Vasco Valente (CDS) -----

Francisco Fernandes (PS) -----

Rui Santos (MOVE)” -----

----- LUÍS COSTA, natural de Ourém, expôs o seguinte: “Boa noite a todos -----

Gostaria de saudar o senhor Presidente da Assembleia Municipal e senhores deputados municipais, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores e todos os elementos das juntas de freguesia. -----

Gostava de deixar ainda um bem haja aos técnicos áudio, multimédia que, por detrás da cortina, fazem um trabalho fantástico, permitindo, desta forma, que a reunião da AMO possa ser feita e possa chegar a casa de todos os ourenses. -----

Quero congratular as ações solidárias do executivo municipal, desde os cabazes solidários, a entrega de refeições a alunos e famílias carenciadas, penso que é uma atitude extremamente fantástica e que não deve ser só feita em momentos de pandemia e em tempos problemáticos. Este é sem dúvida um tempo para o qual não estávamos preparados, o mundo não estava preparado, mas, certamente, a caminhar por estradas com buracos e obstáculos é que nos torna pessoas mais fortes e capazes de superar, crescendo como comunidade de sociedade. – Queria salientar também, como disse o senhor Presidente, esta realidade não é só uma semana, um mês, a pandemia vai demorar e, certamente em 2021 não vamos estar na normalidade. É difícil dizer isto, mas é melhor estarmos preparados para o pior para pudermos ter meios para sobreviver e levar a nossa vida para a frente. -----
Certamente, tudo isto afeta as empresas e muita gente, mas é nestes momentos, que a sociedade deve estar unida para levar isto a bom porto. -----
O mais importante aqui, independentemente do partido político, é Ourém e o seu desenvolvimento e o estarmos unidos em torno da nossa terra. -----
Queria antecipar-me e quando pudermos estar juntos, queria propor um evento solidário, a todos, sem exceção, em que juntávamos os melhores artistas de Ourém, desde dança, música, folclore, ou seja, os melhores de Ourém e recebíamos os heróis desta pandemia que são os profissionais de saúde: bombeiros, pessoas que trabalham nos lares, os agentes de segurança PSP e GNR, todas as pessoas que puseram a sua vida em risco para que nós pudéssemos estar de quarentena. Esta é a minha visão. -----
Para finalizar, agradecia e pedia ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao senhor Presidente da Câmara, a todos os autarcas e a todos os que nos estão a ouvir em casa, que houvesse uma salva de palmas para estes profissionais que tanto deram à nossa sociedade.” –
----- De seguida, registou-se uma salva de palmas conforme sugerido. -----

----- Neste momento, tomando a palavra, a 1.ª SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, nos termos do n.º 3, do artigo 72.º do Regimento da AMO, questionou o plenário

sobre a aprovação do texto das deliberações mais relevantes, em minuta, sendo assinadas, após aprovação, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, em minuta, o texto das deliberações mais relevantes, tomadas nesta sessão.** -----

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão extraordinária, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas vinte e três horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo Primeiro Secretário e pelo Segundo Secretário. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO